



SINDILAT/RS

Sindicato da Indústria de Laticínios
do Rio Grande do Sul

CLIPPING SINDILAT

Junho de 2021



SINDILAT/RS

Sindicato da Indústria de Laticínios
do Rio Grande do Sul

CLIPPING IMPRESSO

Junho de 2021

Injeção de recursos incentiva investimentos e exportações

A volta da injeção de recursos no setor leiteiro, via Fundoleite, de acordo com o Sindilat, mudará de forma significativa a atividade no Estado em até dois anos. Outro projeto que também deve ganhar corpo com os recursos é para implantação de sistema de água quente para lavar o resfriador e ordenhadeira, diz Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindilat.

“Apenas a propriedade tendo água quente para lavar o resfriador e a ordenhadeira já diminui muito a contagem bacteriana desse leite. São valores que podem não ser tão alto, mas quando falamos em produtores de pequeno porte, é um limitador”, acrescenta o representante do Sindilat.

Vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag-RS), Eugênio Zanetti acredita que os recursos que chegarão agora ao produtor na forma de assistência técnica são fundamentais para a recuperação da atividade. Em 2013, quando foi criado o Fundoleite, a produção gaúcha era de 4,51 bilhões de litros/ano, valor que atingiu seu pico em 2014 (4,68 bilhões) e caiu para 4,27 bilhões de litros em 2019. A atividade gera renda para mais de 100 mil famílias em 457 dos 497 municípios gaúchos.

“O produtor precisa cada vez

mais de assistência técnica. As margens estão apertadas e não se consegue agregar muito valor e aumentar o preço, então é preciso diminuir custos. E uma forma é estimular o produtor a ter mais animais a pasto no lugar da ração, cujo valor subiu muito” diz Zanetti, indicando que esta é uma necessidade que pode ser amenizada com apoio do Fundoleite.

Mais competitivo no mercado, em termos de certificação, qualidade e produtividade, acrescenta o vice-presidente da Fetag, o setor leiteiro se aproxima do objetivo de aumentar as exportações. Isso porque na maior parte dos mercados externos a certificação de qualidade é fundamental para abrir portas.

Em compasso de espera, porém, ainda está a de definição de quem será a entidade administrada do fundo (que tem R\$ 20 milhões em recursos parados em depósitos judiciais) e recebe cerca de R\$ 4 milhões anualmente em arrecadação feita por empresas.

“Ainda não sabemos quem vai ser o gestor, que antigamente era o Instituto Gaúcho do Leite (IGL). Acreditamos que possa passar a ser o Instituto Brasileiro do Leite. Esperamos que no segundo semestre as coisas comecem a ser regulamentadas e efetivamente andem”, finaliza Zanetti.

Fundoleite deve ajudar produção láctea gaúcha

Propriedades teriam certificação como livres de tuberculose e brucelose



Tanto o laticínio quanto o produtor têm ganhos ao reduzir perdas por adotarem ações mais eficientes

Thiago Copetti
thiago.copetti@jornaldocomercio.com.br

O Dia Mundial do Leite, criada em 2001 pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), vai ter um sabor especial neste 1 de junho no Rio Grande do Sul. O Estado comemora a retomada do Fundoleite, projeto de fomento ao setor que estava parado desde 2016.

Na renovação do programa, cujo decreto foi assinado na semana passada e que ainda precisa ser publicado no Diário Oficial, o ponto mais celebrado por algumas entidades foi a obrigatoriedade de destinação de 70% dos recursos para assistência técnica aos produtores de leite. Foram divergências sobre a destinação dos recursos, usados anteriormente em excesso para questões burocráticas, uma das razões da interrupção dos trabalhos.

Agora, com a renovação e o novo modelo, os valores devem chegar na base da produção com mais força. Para isso, as indústrias e entidades encaminharão

projetos a serem aprovados pelo conselho mirando a qualificação de pecuaristas, melhorias no manejo, certificações de qualidade e outras ações.

Darlan Palharini, secretário executivo Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindilat-RS) acredita que uma das primeiras ações deve ser voltada à certificação de propriedades livres de tuberculose e brucelose. Ainda que muitas fabricantes e cooperativas já realizem ações nesta área, as empresas menores têm mais dificuldades de realizar esse investimento.

A certificação via Fundo de Desenvolvimento de Defesa Sanitária Animal (Fundesa), por exemplo, não cobre os custos de veterinário, segundo Palharini, mas pelo Fundoleite poderá ser atribuído um valor ao deslocamento comprovado do profissional até a propriedade. Para médias e pequenas empresas o representante do Sindilat avalia que essa será uma tendência.

Como essas ações de controle de tuberculose e brucelose tanto o laticínio quanto o próprio

produtor têm ganhos ao reduzir perdas por adotarem ações mais eficientes, aumentado a produtividade. Em muitos casos, explica Palharini o deslocamento do veterinário e mais o antídoto para combater essas doenças pode custar em torno de R\$ 500.

“Para o produtor de pequeno porte é um custo representativo assim como no laticínio menor. E mesmo para um laticínio grande, dependendo da quantidade de produtores parceiros, é uma despesa elevada, já que o número de criadores pode ser bastante pulverizado, e em muitos pontos de captação” acrescenta Palharini.

Para o produtor, há um bônus que as empresas pagam para quem tem essa certificação, mas o principal ganho é a melhora a produtividade como novo manejo. Palharini estima que apenas com essa mudança promovida com apoio técnico é possível que em uma propriedade de onde se tirem uma média de 20 litros por animal a captação pode dar um salto significativo após um ano de implantação das mudanças, para entre 25 a 30 litros.

Empresas & negócios



Porto Alegre, segunda-feira, 14 de junho de 2021 | Ano 21 - nº 23 | Jornal do Comércio



Ambiente de pandemia expõe problemas na cadeia do leite

REPORTAGEM ESPECIAL

Apesar do leve aquecimento da demanda na indústria, identificado por alguns produtores, e da alta de 6% no valor de referência do leite, o atual momento volta a escancarar os mesmos velhos dilemas no setor leiteiro gaúcho.

LEIA NAS PÁGINAS 6, 7 E 8

REPORTAGEM ESPECIAL

Cadeia do leite sofre pressão da crise provocada pela pandemia

» Abandono, concorrência estrangeira e redução de margens pressionam a atividade no Estado

Rafael Vigna
economia@jornaldocomercio.com.br

A cadeia gaúcha do leite foi responsável, em 2020, por um valor bruto de produção de R\$ 4,2 bilhões, distribuído entre os 50,6 mil produtores vinculados à indústria. O problema é que, agora, com o ambiente de pandemia, a pressão da taxa de câmbio sobre os custos e a concorrência dos importados, o abandono da atividade volta a assombrar a cadeia de laticínios no Estado – a principal do País.

A realidade não chega a ser uma novidade para o setor que, em 2015, contava com 84.199 produtores, mas chegou a 2019 com apenas 50.664, numa retração drástica de 39,8% do efetivo em quatro anos. Boa parte das 33.535 desistências passa por estes tipos de dificuldades. Além disso, em dois anos, o número de municípios com alguma atividade leiteira caiu de 467, em 2017, para 457, em 2019.

A quantidade de cidades ainda envolvidas com a produção também denota que a atividade é um importante instrumento de desenvolvimento regional. Por aqui, no Rio Grande Sul, os pequenos e médios produtores, ou seja, aqueles com produção entre 50 litros e 200 litros diários, representam quase a metade da cadeia produtiva da cadeia produtiva.

Juntos, somam 47,29% das propriedades e respondem por mais de um terço – 32,48% – das vendas para a indústria de laticínios. Já os grandes, com produção entre 300 litros e mil litros de leite/dia são 22,07% dos produtores e abocanharam 38% das vendas para a indústria. Em 2015, para se ter uma ideia, a proporção era diferente. Os grandes detinham 24,72% das vendas à indústria, enquanto pequenos e médios respondiam por 49,99%, isto é, a metade do mercado.

A comparação – extraída em análise do Relatório Socioeconômico da Cadeia Produtiva do Leite no Rio Grande do Sul, em 2019, produ-



Pequenos e médios produtores, ou seja, aqueles com produção entre 50 litros e 200 litros diários, representam quase a metade da cadeia produtiva do Estado



Palharini diz que o ideal seria reduzir a quantidade de abandonos e aumentar escala dos pequenos

zindo pelo Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (SindilatRS) e pela Emater-RS – não revela apenas o quanto à qualificação é capaz de influenciar positivamente os índices de produtividade, mas sim, a relevância dos volumes e da escala para obter os melhores retornos de precificação.

“Percebe-se que aqueles que já têm escala estão aumentando. A produtividade por propriedade rural e por animal também cresce, a despeito da redução do número de produtores. O ideal seria reduzir a quantidade de abandonos e proporcionar que os que hoje têm uma escala menor, aumentem”, resume o secretário-executivo do Sindilat-RS, Darlan Palharini.

Mercado para isso existe. O

Estado é autossuficiente e cerca de 40% dos 4,55 bilhões de litros produzidos anualmente ficam por aqui. Os 60% restantes são vendidos para outras unidades da federação. No entanto, o desafio é atingir um patamar de custos que

deixe margem de retorno satisfatória para ampliar a competitividade. Isso ocorre no setor de aves e suínos, por exemplo, segmento em que o Brasil se destaca interna e externamente. E, é justamente aqui nasce o problema.

A potência do setor no Rio Grande do Sul

Produção de leite no Estado: 4,27 bilhões de litros ao ano
Rebanho: 1,3 milhão de vacas ordenhadas
Produção média: 11,2 litros de leite por vaca/dia

RS é o líder em produtividade com 3,76 mil litros por vaca ao ano

Fontes: Mapa, IBGE, Emater, Sindilat-RS, Seapdr



Formação de preços busca dar transparência para a atividade

O valor de referência mais recente para o leite, projetado para maio com base nos primeiros 10 dias do mês, é de R\$ 1,52 o litro no Rio Grande do Sul. O indicador foi divulgado no dia 25 passado, durante reunião virtual do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Rio Grande do Sul e já foi calculado com base nos novos parâmetros de custo aprovados pela Câmara Técnica.

O professor da Universidade de Passo Fundo Marco Antonio Montoya explica que o preço de referência é praticado desde 2006. Foi pensado porque os produtos agrícolas, especialmente leite e carne, pertencem ao que se denomina "mercados imperfeitos". Isso

ocorre em razão do oligopólio das indústrias (frigoríficos, fábricas de laticínios). Ou seja, poucas indústrias e muitos volumes processados. Nesses casos, por óbvio, a lei da oferta e da demanda, que tende a reger o mercado, acaba não sendo o balizador mais justo.

Ao longo da história, comenta Montoya, surgiram várias técnicas para contemplar a formação ou regulação de preços. Nos últimos anos, emergiu a ideia do preço de referência. "Cria-se um conselho entre produtores e indústria, com igual número de votos. Este conselho paritário se reúne para minimizar as desconfianças na formação dos preços", explica.

A universidade e Montoya fazem o cálculo, com base no custo

de produção para todo o Rio Grande do Sul. Segundo Montoya, ninguém é obrigado a segui-lo, mas é algo que baliza. "Melhor assim do que no grito. E, no fundo, quem dá a fé pública é a universidade, pois ela não tem interesse em beneficiar a indústria ou aos produtores, tem interesse, sim, em beneficiar a cadeia com um todo", resume.

Ele revela que os dados são sigilosos, pois envolvem acesso aos custos de produção das indústrias. Há ainda um contrato com cláusulas de responsabilidade. "Fazemos isso. Pegamos as negociações dos primeiros 10 dias de cada mês, para fazer a previsão, e depois o fechamento do mês, para o resultado consolidado", explica.



MARCOS TANG/GADOLANDO/JC

Produzir o próprio alimento para o gado ajuda a reduzir os altos custos



RACCOL_STUDIO/REELPIX/OLYMPIA/JC

Valor de referência do leite, projetado para maio com base nos primeiros 10 dias do mês, é de R\$ 1,52 o litro no Estado

Mercado de commodities agrícolas pode ser balizador

Há quem aponte justamente para os valores de referência como algo a ser melhorado. O presidente da Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul (Gadolando), Marcos Tang, por exemplo, afirma que o custo de produção está proibitivo.

"Se nós produtores não conseguirmos empatar neste momento, fica realmente muito difícil ter qualquer perspectiva", comenta. Para Tang, o leve respiro, dado pela elevação de 6% no preço referencial, só é benéfico para aqueles que estão com as contas enxutas e conseguiram produzir o próprio alimento para o rebanho.

"Só terão alguma sobra aqueles que aperfeiçoaram pastagens e, com isso, usaram menos insumos comprados para alimentar o gado. Ou seja, quem consegue produção própria e métodos alternativos consegue melhores margens", afirma.

O problema é que a maioria da produção vem das pequenas e médias propriedades, com áreas de até 40 hectares. Neste tipo de atividade, está cada vez mais difícil obter fôlego para realizar investimentos. No contexto, a palavra-chave é: previsibilidade.

E isso anda em falta, ou melhor, nunca existiu no setor. Isso porque o sistema balizado pelo preço de referência faz com que os produtores não vendam o leite, e sim entreguem à indústria para só depois – normalmente transcorrida a primeira quinzena do mês – receberem efetivamente.

Por esta razão o presidente da Gadolando defende a formação de um preço futuro, semelhante ao que ocorre nos mercados de commodities agrícolas. Afinal, em qualquer negócio é preciso conhecer o tamanho da própria perna e a profundidade exata do bolso. Caso contrário, o planejamento tende a evaporar no meio do caminho.

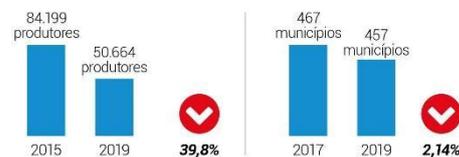


EMERSON VIEIRA/ARQUIVUS/JC

Tang defende a formação de um preço futuro como alternativa

Os problemas da cadeia no Estado

Abandono da atividade



Em 4 anos, **33.535 produtores deixaram o setor**

Em 3 anos, **10 municípios deixaram de exercer qualquer atividade leiteira**

Fonte: Sindlat

Continua na página 8

Importados influenciam no preço pago aos produtores

Rafael Vigna*
economia@jornaldocomercio.com.br

O setor do leite convive com mudanças drásticas em curtos espaços de tempo. De março de 2020 até hoje, por exemplo, as incertezas foram inúmeras. Depois de absorver o primeiro impacto da pandemia na formação de estoques, foi possível assimilar o momento.

Houve então uma reversão nos preços, na demanda e também no consumo. A bonança durou até setembro, quando as importações entraram em campo e turbinaram a oferta no mercado interno, principalmente no leite em pó e nos queijos.

Inicialmente, comenta o secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindilat-RS), Darlan Palharini, a conjuntura, diminuiu o ímpeto de aumento de preços ao consumidor, o que, por consequência, deu um breve fôlego ao produtor. O problema é que, nos primeiros quatro meses deste ano, de janeiro a abril, o ajuste não chegou e as importações seguiram a todo vapor.

No período, o déficit na balança comercial de laticínios já soma 40,6 mil toneladas.

Leite em pó integral, leite em pó desnatado, queijos e soro de leite são os principais produtos nacionais ameaçados pela entrada dos estrangeiros. Alguns, como é o caso do soro de leite, por falta de produção. Outros, a exemplo de queijos e leite em pó, por critérios de concorrência e qualidade.

O produtor Alencar Zanluchi, de Serafina Corrêa, sente na pele as consequências. "Isso nos afeta demais. A gente vê a produção de leite diminuindo e o número de produtores caindo. Os importa-

dos jogam muito produto no mercado e acabam reduzindo demais o valor para o produtor depois", explica.

Darlan Palharini, por sua vez, explica que, no caso do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, as exportações são para outras unidades da federação. De toda a produção nacional, as vendas externas não chegam a 2%.

"O Estado é autossuficiente, mas o País é deficitário. Percebemos que há potencial de crescimento justamente por isso, porque, se importamos, é porque falta produto, ou os preços não são competitivos em razão dos nossos estarem muito elevados para concorrer", diz.

Atualmente, as importações representam de 5% a 7% (cerca de 1,75 bilhão de litros/ano) da produção gaúcha industrial inspecionada. Isso equivale a 25 bilhões de litros ano. Em leite em pó, queijos e soro em pó, representariam, em média, 2 bilhões de litros em derivados, ou o equivalente a toda produção do estado de Santa Catarina, por exemplo.

"A queixa generalizada é que os picos de importações acontecem em períodos de safra. A questão é que os produtos entrantes, como leite em pó, acabam abastecendo outras indústrias, como as de chocolate, sorvetes e grandes panificadoras", comenta Palharini.

Deste modo, ao passo em que ameaçam a produção nacional, as importações também cumprem a função de regular os preços ao consumidor final. É exatamente por isso que os governos que se sucedem não criam entraves ou bloqueios. Afinal, medidas desta natureza trariam efeitos significativos para a inflação nacional, devido ao peso dos laticínios para a aferição dos indicadores oficiais.



Queijos e soro de leite estão entre os principais produtos nacionais ameaçados pela entrada dos estrangeiros

Alta dos insumos desestabiliza ainda mais a cadeia

O produtor Alencar Zanluchi acompanha as transformações da cadeia há pelo menos 20 anos. Há 17, passou a investir em maquinário, atrás de ganhos de escala. Saiu de 16 litros por vaca, para 33 litros por animal, numa evolução de 116% na produtividade, sem aumentar o rebanho.

A pequena propriedade familiar que mantém em Serafina Corrêa, ao lado da esposa, não é um caso isolado. No pequeno município de 17 mil habitantes, no Nordeste do Rio Grande do Sul, o efetivo do rebanho, em 2004, era de 8.970 cabeças de gado - apenas 3.570 delas destinadas à produção de laticínios, ou o equivalente a 39,7% da atividade pecuária na cidade.

Passados 16 anos e um crescimento de 115,96% no rebanho leiteiro, atualmente, das 8.112 cabeças, 7.710 são vacas ordenhadas - o que equivale a 95% dos animais. A produção dobrou, de 13,79 mil litros, em 2004, para 27,65 mil litros, em 2019, segundo dados do IBGE.

O leite ganhou escala, mas na comparação com os últimos dois anos, o cenário é um pouco diferente. Houve queda de 6,54% no rebanho, que passou de 8.250 vacas ordenhadas, para 7.710 mil em 2019. A produção também caiu, em igual escala, de 6,58%, assim como o valor bruto, que encerrou 2019 em leve baixa de 1,82% - de R\$ 29.008,00, em 2017, a R\$ 28.480,00, em 2019.

Os reflexos do cenário já são percebidos por Zanluchi, mesmo após ter realizado um investimento, financiado por 10 anos, com juros do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf), no ano passado para a construção de um novo galpão para adequar a criação às exigências das genéticas canadense e americana. "A rentabilidade melhora pela eficiência. Pois conseguimos produzir mais, balanceando a dieta da vaca com melhorias no manejo sanitário e menos problemas curativos. Eu diria que é a profissionalização da atividade que faz com que a

renda melhor", aconselha.

Por outro lado, ele chama a atenção para os insumos e o preço referencial. Segundo Zanluchi, no mesmo período do ano passado, ele recebia cerca de R\$ 1,50 por litro e, agora, R\$ 1,95. "O leite aumentou menos de R\$ 0,50 centavos e os custos quase que dobraram. Hoje, trabalhamos com uma margem muito menor do que trabalhávamos no início da pandemia", argumenta.

De acordo com o produtor, a alta dos grãos é uma "verdadeira tragédia". "Desestabiliza a cadeia. Eu, por exemplo, vou reduzir rebanho, porque não vale a pena manter todas as vacas, principalmente, as mais velhas que estão em um peso bom. Vale mais a pena mandar para o açougue do que arcar com o custo de alimentação", argumenta. Zanluchi pretende abater 10% do rebanho - quatro vacas, ainda produtivas, que servirão de complemento para o aperto atual nas margens.

Concorrência dos importados

De janeiro a abril de 2021, em volume (Kg)

Total de Exportações: **12.910.807**

Total de Importações: **53.559.700**

Déficit: **-40.648.992**

O que mais pesa na balança	Exportações	Importações	Déficit
Leite em pó integral	2.066.531	24.363.575	-22.297.044
Leite em pó desnatado	25.184	9.176.370	-9.151.186
Queijos	1.605.779	10.425.029	-8.819.250
Soro de leite	78.795	5.852.869	-5.774.074

Fonte: Balança Comercial/Ministério da Economia

*Rafael Vigna é formado em jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande sul em 2009. Vencedor do Prêmio BM&FBovespa em 2014 e 2015, atuou como repórter online e de economia no Jornal do Comércio de 2009 a 2015. Atualmente reside em São Borja.

Alternativas de inverno

Entidades como a Gadolando e o Sindilat defendem o uso de pasto como forma de diminuir os custos com alimentação do rebanho leiteiro

As 55 mil famílias produtoras de leite no Rio Grande do Sul também costumam cultivar o próprio milho para silagem, sistema de armazenamento do alimento para animais por período longo e com pouca perda nutricional. No Estado, pelo menos 350 mil hectares são plantados com este objetivo. Nas últimas duas safras, entretanto, este tipo de milho também foi afetado pela estiagem e rendeu menos em volume e qualidade. Isso tem obrigado o produtor a buscar o milho grão no mercado e afetado seus custos de produção.

O presidente da Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul (Gadolando), Marcos Tang, afirma que a entidade tem incentivado o uso de pastagens de inverno na produção de leite. Segundo ele, o milho representa 60% da alimentação das vacas, mas pode ser parcialmente substituído por outras opções da estação. "O azevém, por exemplo, tem proteína e traz bom rendimento na produção de leite", ressalta o dirigente, que também defende o aproveitamento de resíduos industriais disponíveis em cada região, como bagaços do processamento de frutas como a laranja, a maçã e a uva.

Buscar diminuir a dependência do milho na produção do leite e investir em tecnologias que permitam produzir o grão mesmo em condições de estiagem são, para o secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindilat), Darlan Palharini, os cami-



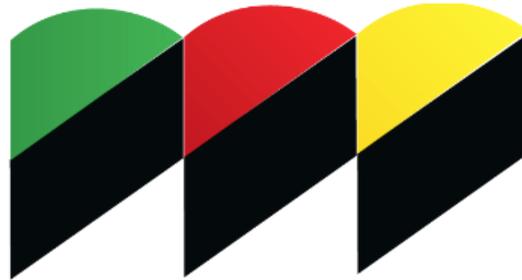
Redução dos custos é maior do que queda da produção por alimentação sem suplementação

nhos para equilibrar os custos. "Diferentemente dos setores de aves e suínos, no leite é possível utilizar a alimentação a pasto como alternativa à silagem", sustenta Palharini. "Além disso, com um pequeno investimento, o produtor profissionalizado pode ter seu milho irrigado, já que no Rio Grande do Sul a estiagem é um fator recorrente", avalia.

Palharini observa que cooperativas do porte da CUGL já trabalham a produção leiteira com o uso de pastagens perenes. "Claro que a produção por animal vai ser menor do que com o uso da suplementação, mas o custo baixa para pelo menos a metade", compara.

O vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), Eu-

gênio Zanetti, afirma que as dificuldades em absorver o preço do milho para compor o volumoso dos animais vêm desde o ano passado, quando produtores começaram a engordar as vacas leiteiras para mandar para o abate e aproveitar o preço aquecido da carne. "Mesmo para aquele produtor que fornece leite para alguma cooperativa e que tem ração garantida para comprar, o desembolso é dele", ressalta. Zanetti não acredita numa grande evasão dos produtores da atividade por este motivo, mas reforça que o governo precisa oferecer crédito em situações como a atual e que a Conab deveria fazer o seu papel colocando milho dos estoques nacionais no Estado.



SINDILAT/RS

Sindicato da Indústria de Laticínios
do Rio Grande do Sul

CLIPPING ONLINE

Junho de 2021

Veículo: Agro em Dia

Link: <https://agroemdia.com.br/2021/06/04/sindilat-mp-que-contempla-caminhoneiros-nao-pode-prejudicar-setor-lacteo/>

Página: Notícias

Data: 04/06/2021

Sindilat: MP que contempla caminhoneiros não pode prejudicar setor lácteo

📅 4 de junho de 2021 📍 Agricultura, agronegócio, caminhoneiros, Medida Provisória 1051/21, setor de lácteos, sindilat, transportes

Receba pedidos de cotação de fretes todos os dias de diversos embarcadores.

SABER MAIS



Deputado Jerônimo Goergen, relator da medida provisória que faz parte do pacote Gigantes do Asfalto
– Foto: Câmara Federal

O setor lácteo gaúcho está atento às mudanças propostas pela Medida Provisória 1051/21, parte do pacote Gigantes do Asfalto criado pelo governo federal para contemplar a categoria dos caminhoneiros autônomos ou não. A MP propõe a unificação e digitalização de documentos hoje exigidos para o transporte de cargas. O assunto vem sendo acompanhado pelo Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat). No dia 1º de junho, o sindicato e representantes do setor lácteo se reuniram com o relator da MP, deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), e pediram o acolhimento das emendas 72 e 73. As emendas foram acolhidas pelo relator.

“A sugestão do setor lácteo foi acatada”, reforçou ao **AGROemDIA** o deputado. “Além disso, ela também servirá para outros segmentos de curta distância”, acrescentou Jerônimo Goergen.

A MP cria o Documento de Transporte Eletrônico (DT-e), que trará informações cadastrais, contratuais, de registro, logísticas, sanitárias, de segurança, ambientais, comerciais e de pagamento, inclusive o valor do frete e dos seguros contratados, além de outros dados previstos em regulamentação futura.

Segundo o consultor tributário do Sindilat, Matheus Zomer, a MP é positiva para o setor, uma vez que desburocratizará processos a partir do preenchimento dos dados de transporte em apenas uma plataforma. Atualmente, cada etapa exige do transportador o preenchimento de diversos formulários em diferentes plataformas, muitas com informações repetidas.

Primeiro percurso

No entanto, Zomer chama a atenção para a importância da manutenção do regramento especial hoje existente para o setor lácteo, no chamado 1º percurso (envio do leite da fazenda ao laticínio), por meio do qual o transportador é dispensado do preenchimento dos dados a cada percurso realizado – as informações são compiladas e repassadas aos órgãos competentes apenas uma única vez, ao final de cada mês.

Duas emendas que tratam da manutenção desse regramento e que atingem diretamente o setor lácteo foram incluídas na MP, ambas de autoria do deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania/SP). As emendas 72 e 73 tratam basicamente da não obrigatoriedade do DT-e no 1º percurso, conforme justificativa apresentada no texto da emenda 73:

“Necessário explicar que no primeiro percurso os caminhões saem da fábrica ou do posto de refrigeração vazios e realizam as coletas nas propriedades rurais. Após o recolhimento do leite nas fazendas, retornam aos locais de origem com o produto. Ocorre que não é possível, nessa operação, saber exatamente qual o volume de leite que o caminhão levará aos estabelecimentos, já que há variação diária na quantidade de leite coletado das propriedades rurais. Verifica-se, então, ser, nesse primeiro percurso, isto é, no recolhimento do leite nas propriedades rurais, essencial que se dispense o DT-e, sob pena de impor graves prejuízos ao setor tão importante como é o de lácteos”.

Na reunião com Jerônimo Goergen, o Sindilat pediu ainda a manutenção dos regimes especiais com as secretarias da Fazenda dos estados para os chamados contratos vinculados à repetida operação. Esses contratos são permitidos somente para as operações internas de cada estado.

Sexta-feira, 04 de junho de 2021 - 16h36m

Eventos > Sindilat

RS: coronavírus - Sindilat solicita manutenção do regramento no transporte de 1º percurso e do regime especial nos estados

Porto Alegre/RS

O setor lácteo gaúcho está atento às mudanças propostas pela Medida Provisória 1051/21, parte do pacote Gigantes do Asfalto criado pelo governo federal para contemplar a categoria dos caminhoneiros autônomos ou não. Dentro do pacote de bondades para o setor, a MP propõe a unificação e digitalização de documentos hoje exigidos para o transporte de cargas. O assunto vem sendo acompanhado de perto pelo Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat). No dia 1º de junho, o sindicato e representantes do setor lácteo se reuniram com o relator da MP 1051/21, deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), onde solicitaram o acolhimento das emendas 72 e 73. As emendas foram acolhidas no mesmo dia.

A MP cria o Documento de Transporte Eletrônico (DT-e), que trará informações cadastrais, contratuais, de registro, logísticas, sanitárias, de segurança, ambientais, comerciais e de pagamento, inclusive o valor do frete e dos seguros contratados, além de outros dados previstos em regulamentação futura. De acordo com o consultor tributário do Sindilat, Matheus Zomer, a MP é positiva para o setor uma vez que pretende desburocratizar processos a partir do preenchimento dos dados de transporte em apenas uma plataforma, diferentemente do que ocorre atualmente, quando cada etapa do processo de transporte de carga exige do transportador o preenchimento de diversos formulários em diferentes plataformas, muitas com informações repetidas.

No entanto, Zomer chama a atenção para a importância da manutenção do regramento especial hoje existente para o setor lácteo, no chamado 1º percurso (envio do leite da fazenda ao laticínio), onde o transportador é dispensado do preenchimento dos dados a cada percurso realizado – as informações são compiladas e repassadas aos órgãos competentes apenas uma única vez, ao final de cada mês.

Duas emendas que tratam da manutenção desse regramento e que atingem diretamente o setor lácteo foram incluídas na MP, ambas de autoria do deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania/SP). As emendas 72 e 73 tratam basicamente da não obrigatoriedade do DT-e no 1º percurso, conforme justificativa apresentada no texto da emenda 73: "Necessário explicar que no primeiro percurso os caminhões saem da fábrica ou do posto de refrigeração vazios e realizam as coletas nas propriedades rurais. Após o recolhimento do leite nas fazendas, retornam aos locais de origem com o produto. Ocorre que não é possível, nessa operação, saber exatamente qual o volume de leite que o caminhão levará aos estabelecimentos, já que há variação diária na quantidade de leite coletado das propriedades rurais. Verifica-se, então, ser, nesse primeiro percurso, isto é, no recolhimento do leite nas propriedades rurais, essencial que se dispense o DT-e, sob pena de impor graves prejuízos ao setor tão importante como é o de laticíneos".

O Sindilat, junto com suas empresas associadas, está em contato permanente com o deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), que acolheu tais emendas (72 e 73) no dia 1º de junho. O sindicato ainda solicitou a manutenção dos regimes especiais com as Secretarias da Fazenda dos Estados para os chamados contratos vinculados à repetida operação. Esse é permitido somente para as operações internas de cada Estado.

[Clique aqui](#) e saiba mais sobre a MP 1051/21

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat)

Imagens



Foto: Carolina Jardine / Sindilat

SEU PNEU, VOCÊ ENCONTRA AQUI

12X SEM JUROS

5% DESCONTO À VISTA

PROMOÇÕES DE FRETE GRÁTIS

TireShop

Veículo: Revista News

Link: <https://revistanews.com.br/2021/06/05/sindilat-faz-solicitacoes-ao-deputado-federal-jeronimo-goergen/>

Página: Notícias

Data: 05/06/2021

Sindilat faz solicitações ao Deputado Federal Jerônimo Goergen

Sindicato pediu ao parlamentar que pleiteie a manutenção do regramento no transporte de 1º percurso e do regime especial nos estados.

Revista News · 5 de junho de 2021



O setor lácteo gaúcho está atento às mudanças propostas pela Medida Provisória 1051/21, parte do pacote Gigantes do Asfalto criado pelo governo federal para contemplar a categoria dos caminhoneiros autônomos ou não. Dentro do pacote de bondades para o setor, a MP propõe a unificação e digitalização de documentos hoje exigidos para o transporte de cargas.

O assunto vem sendo acompanhado de perto pelo Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat). No dia 1º de junho, o sindicato e representantes do setor lácteo se reuniram com o relator da MP 1051/21, deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), onde solicitaram o acolhimento das emendas 72 e 73. As emendas foram acolhidas no mesmo dia.



O BOTICÁRIO Botik com até 30%Off
O Boticário

A MP cria o Documento de Transporte Eletrônico (DT-e), que trará informações cadastrais, contratuais, de registro, logísticas, sanitárias, de segurança, ambientais, comerciais e de pagamento, inclusive o valor do frete e dos seguros contratados, além de outros dados previstos em regulamentação futura.

De acordo com o consultor tributário do Sindilat, Matheus Zomer, a MP é positiva para o setor uma vez que pretende desburocratizar processos a partir do preenchimento dos dados de transporte em apenas uma plataforma, diferentemente do que ocorre atualmente, quando cada etapa do processo de transporte de carga exige do transportador o preenchimento de diversos formulários em diferentes plataformas, muitas com informações repetidas.

No entanto, Zomer chama a atenção para a importância da manutenção do regramento especial hoje existente para o setor lácteo, no chamado 1º percurso (envio do leite da fazenda ao laticínio), onde o transportador é dispensado do preenchimento dos dados a cada percurso realizado – as informações são compiladas e repassadas aos órgãos competentes apenas uma única vez, ao final de cada mês.

Duas emendas que tratam da manutenção desse regramento e que atingem diretamente o setor lácteo foram incluídas na MP, ambas de autoria do deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania/SP). As emendas 72 e 73 tratam basicamente da não obrigatoriedade do DT-e no 1º percurso, conforme justificativa apresentada no texto da emenda 73: “Necessário explicar que no primeiro percurso os caminhões saem da fábrica ou do posto de refrigeração vazios e realizam as coletas nas propriedades rurais. Após o recolhimento do leite nas fazendas, retornam aos locais de origem com o produto. Ocorre que não é possível, nessa operação, saber exatamente qual o volume de leite que o caminhão levará aos estabelecimentos, já que há variação diária na quantidade de leite coletado das propriedades rurais. Verifica-se, então, ser, nesse primeiro percurso, isto é, no recolhimento do leite nas propriedades rurais, essencial que se dispense o DT-e, sob pena de impor graves prejuízos ao setor tão importante como é o de lácteos”.

O Sindilat, junto com suas empresas associadas, está em contato permanente com o deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), que acolheu tais emendas (72 e 73) no dia 1º de junho. O sindicato ainda solicitou a manutenção dos regimes especiais com as Secretarias da Fazenda dos Estados para os chamados contratos vinculados à repetida operação. Esse é permitido somente para as operações internas de cada Estado.

Sindilat solicita manutenção do regramento no transporte de 1º percurso e do regime especial nos estados junto ao Deputado Federal Jerônimo Goergen

in Agricultura, Destaque-Lateral

Carolina Jardine/Divulgação

O setor lácteo gaúcho está atento às mudanças propostas pela Medida Provisória 1051/21, parte do pacote Gigantes do Asfalto criado pelo governo federal para contemplar a categoria dos caminhoneiros autônomos ou não. Dentro do pacote de bondades para o setor, a MP propõe a unificação e digitalização de documentos hoje exigidos para o transporte de cargas. O assunto vem sendo acompanhado de perto pelo Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat). No dia 1º de junho, o sindicato e representantes do setor lácteo se reuniram com o relator da MP 1051/21, deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), onde solicitaram o acolhimento das emendas 72 e 73. As emendas foram acolhidas no mesmo dia.



Carolina Jardine/Divulgação

A MP cria o Documento de Transporte Eletrônico (DT-e), que trará informações cadastrais, contratuais, de registro, logísticas, sanitárias, de segurança, ambientais, comerciais e de pagamento, inclusive o valor do frete e dos seguros contratados, além de outros dados previstos em regulamentação futura. De acordo com o consultor tributário do Sindilat, Matheus Zomer, a MP é positiva para o setor uma vez que pretende desburocratizar processos a partir do preenchimento dos dados de transporte em apenas uma plataforma, diferentemente do que ocorre atualmente, quando cada etapa do processo de transporte de carga exige do transportador o preenchimento de diversos formulários em diferentes plataformas, muitas com informações repetidas.

No entanto, Zomer chama a atenção para a importância da manutenção do regramento especial hoje existente para o setor lácteo, no chamado 1º percurso (envio do leite da fazenda ao laticínio), onde o transportador é dispensado do preenchimento dos dados a cada percurso realizado – as informações são compiladas e repassadas aos órgãos competentes apenas uma única vez, ao final de cada mês.

Duas emendas que tratam da manutenção desse regramento e que atingem diretamente o setor lácteo foram incluídas na MP, ambas de autoria do deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania/SP). As emendas 72 e 73 tratam basicamente da não obrigatoriedade do DT-e no 1º percurso, conforme justificativa apresentada no texto da emenda 73: “Necessário explicar que no primeiro percurso os caminhões saem da fábrica ou do posto de refrigeração vazios e realizam as coletas nas propriedades rurais. Após o recolhimento do leite nas fazendas, retornam aos locais de origem com o produto. Ocorre que não é possível, nessa operação, saber exatamente qual o volume de leite que o caminhão levará aos estabelecimentos, já que há variação diária na quantidade de leite coletado das propriedades rurais. Verifica-se, então, ser, nesse primeiro percurso, isto é, no recolhimento do leite nas propriedades rurais, essencial que se dispense o DT-e, sob pena de impor graves prejuízos ao setor tão importante como é o de lácteos”.

O Sindilat, junto com suas empresas associadas, está em contato permanente com o deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), que acolheu tais emendas (72 e 73) no dia 1º de junho. O sindicato ainda solicitou a manutenção dos regimes especiais com as Secretarias da Fazenda dos Estados para os chamados contratos vinculados à repetida operação. Esse é permitido somente para as operações internas de cada Estado.

Saiba mais sobre a MP 1051/21,

<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/148500>



Imagem: Divulgação

AGROPECUÁRIA

Sindilat solicita manutenção do regramento no transporte de 1º percurso e do regime especial

O setor lácteo gaúcho está atento às mudanças propostas pela Medida Provisória 1051/21

Por: AGROLINK COM INF. DE A S S E S S O R I A

Publicado em 07/06/2021 às 08:20h.



O setor lácteo gaúcho está atento às mudanças propostas pela Medida Provisória 1051/21, parte do pacote Gigantes do Asfalto criado pelo governo federal para contemplar a categoria dos caminhoneiros autônomos ou não. Dentro do pacote de bondades para o setor, a MP propõe a unificação e digitalização de documentos hoje exigidos para o transporte de cargas. O assunto vem sendo acompanhado de perto pelo Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat). No dia 1º de junho, o sindicato e representantes do setor lácteo se reuniram com o relator da MP 1051/21, deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), onde solicitaram o acolhimento das emendas 72 e 73. As emendas foram acolhidas no mesmo dia.



A MP cria o Documento de Transporte Eletrônico (DT-e), que trará informações cadastrais, contratuais, de registro, logísticas, sanitárias, de segurança, ambientais, comerciais e de pagamento, inclusive o valor do frete e dos seguros contratados, além de outros dados previstos em regulamentação futura. De acordo com o consultor tributário do Sindilat, Matheus Zomer, a MP é positiva para o setor uma vez que pretende desburocratizar processos a partir do preenchimento dos dados de transporte em apenas uma plataforma, diferentemente do que ocorre atualmente, quando cada etapa do processo de transporte de carga exige do transportador o preenchimento de diversos formulários em diferentes plataformas, muitas com informações repetidas.

No entanto, Zomer chama a atenção para a importância da manutenção do regramento especial hoje existente para o setor lácteo, no chamado 1º percurso (envio do leite da fazenda ao laticínio), onde o transportador é dispensado do preenchimento dos dados a cada percurso realizado – as informações são compiladas e repassadas aos órgãos competentes apenas uma única vez, ao final de cada mês.

Duas emendas que tratam da manutenção desse regramento e que atingem diretamente o setor lácteo foram incluídas na MP, ambas de autoria do deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania/SP). As emendas 72 e 73 tratam basicamente da não obrigatoriedade do DT-e no 1º percurso, conforme justificativa apresentada no texto da emenda 73: “Necessário explicar que no primeiro percurso os caminhões saem da fábrica ou do posto de refrigeração vazios e realizam as coletas nas propriedades rurais. Após o recolhimento do leite nas fazendas, retornam aos locais de origem com o produto. Ocorre que não é possível, nessa operação, saber exatamente qual o volume de leite que o caminhão levará aos estabelecimentos, já que há variação diária na quantidade de leite coletado das propriedades rurais. Verifica-se, então, ser, nesse primeiro percurso, isto é, no recolhimento do leite nas propriedades rurais, essencial que se dispense o DT-e, sob pena de impor graves prejuízos ao setor tão importante como é o de lácteos”.

O Sindilat, junto com suas empresas associadas, está em contato permanente com o deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), que acolheu tais emendas (72 e 73) no dia 1º de junho. O sindicato ainda solicitou a manutenção dos regimes especiais com as Secretarias da Fazenda dos Estados para os chamados contratos vinculados à repetida operação. Esse é permitido somente para as operações internas de cada Estado.

Saiba mais sobre a MP 1051/21,

<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/148500>

Sindilat solicita manutenção do regramento no transporte de 1º percurso e do regime especial

07-06-2021 11:07:36 Por:



O setor lácteo gaúcho está atento às mudanças propostas pela Medida Provisória 1051/21, parte do pacote Gigantes do Asfalto criado pelo governo federal para contemplar a categoria dos caminhoneiros autônomos ou não. Dentro do pacote de bondades para o setor, a MP propõe a unificação e digitalização de documentos hoje exigidos para o transporte de cargas.

O assunto vem sendo acompanhado de perto pelo Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat). No dia 1º de junho, o sindicato e representantes do setor lácteo se reuniram com o relator da MP 1051/21, deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), onde solicitaram o acolhimento das emendas 72 e 73. As emendas foram acolhidas no mesmo dia.

> Embalagem Termoencolhível para Queijos

A MP cria o Documento de Transporte Eletrônico (DT-e), que trará informações cadastrais, contratuais, de registro, logísticas, sanitárias, de segurança, ambientais, comerciais e de pagamento, inclusive o valor do frete e dos seguros contratados, além de outros dados previstos em regulamentação futura. De acordo com o consultor tributário do Sindilat, Matheus Zomer, a MP é positiva para o setor uma vez que pretende desburocratizar processos a partir do preenchimento dos dados de transporte em apenas uma plataforma, diferentemente do que ocorre atualmente, quando cada etapa do processo de transporte de carga exige do transportador o preenchimento de diversos formulários em diferentes plataformas, muitas com informações repetidas.

No entanto, Zomer chama a atenção para a importância da manutenção do regramento especial hoje existente para o setor lácteo, no chamado 1º percurso (envio do leite da fazenda ao laticínio), onde o transportador é dispensado do preenchimento dos dados a cada percurso realizado – as informações são compiladas e repassadas aos órgãos competentes apenas uma única vez, ao final de cada mês.

Duas emendas que tratam da manutenção desse regramento e que atingem diretamente o setor lácteo foram incluídas na MP, ambas de autoria do deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania/SP). As emendas 72 e 73 tratam basicamente da não obrigatoriedade do DT-e no 1º percurso, conforme justificativa apresentada no texto da emenda 73: “Necessário explicar que no primeiro percurso os caminhões saem da fábrica ou do posto de refrigeração vazios e realizam as coletas nas propriedades rurais. Após o recolhimento do leite nas fazendas, retornam aos locais de origem com o produto. Ocorre que não é possível, nessa operação, saber exatamente qual o volume de leite que o caminhão levará aos estabelecimentos, já que há variação diária na quantidade de leite coletado das propriedades rurais. Verifica-se, então, ser, nesse primeiro percurso, isto é, no recolhimento do leite nas propriedades rurais, essencial que se dispense o DT-e, sob pena de impor graves prejuízos ao setor tão importante como é o de lácteos”.

> **Embalagem Termoencolhível para Salame, Apresuntado e Linguiça**

O Sindilat, junto com suas empresas associadas, está em contato permanente com o deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), que acolheu tais emendas (72 e 73) no dia 1º de junho. O sindicato ainda solicitou a manutenção dos regimes especiais com as Secretarias da Fazenda dos Estados para os chamados contratos vinculados à repetida operação. Esse é permitido somente para as operações internas de cada Estado. Saiba mais sobre a [MP 1051/21](#).

As informações são da [Assessoria de Imprensa Sindilat](#).

Sindilat solicita manutenção do regramento no transporte de 1º percurso e do regime especial nos estados junto ao Deputado Federal Jerônimo Goergen

COMPARTILHAR



DESTAQUE

Fonte: Sindilat | Foto da capa: Imagem de pasja1000 por Pixabay

Regramento no transporte - O setor lácteo gaúcho está atento às mudanças propostas pela Medida Provisória 1051/21, parte do pacote Gigantes do Asfalto criado pelo governo federal para contemplar a categoria dos caminhoneiros autônomos ou não.

Dentro do pacote de bondades para o setor, a MP propõe a unificação e digitalização de documentos hoje exigidos para o transporte de cargas. O assunto vem sendo acompanhado de perto pelo Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat). No dia 1º de junho, o sindicato e representantes do setor lácteo se reuniram com o relator da MP 1051/21, deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), onde solicitaram o acolhimento das emendas 72 e 73. As emendas foram acolhidas no mesmo dia.

A MP cria o Documento de Transporte Eletrônico (DT-e), que trará informações cadastrais, contratuais, de registro, logísticas, sanitárias, de segurança, ambientais, comerciais e de pagamento, inclusive o valor do frete e dos seguros contratados, além de outros dados previstos em regulamentação futura. De acordo com o consultor tributário do Sindilat, Matheus Zomer, a MP é positiva para o setor uma vez que pretende desburocratizar processos a partir do preenchimento dos dados de transporte em apenas uma plataforma, diferentemente do que ocorre atualmente, quando cada etapa do processo de transporte de carga exige do transportador o preenchimento de diversos formulários em diferentes plataformas, muitas com informações repetidas.

No entanto, Zomer chama a atenção para a importância da manutenção do regramento especial hoje existente para o setor lácteo, no chamado 1º percurso (envio do leite da fazenda ao laticínio), onde o transportador é dispensado do preenchimento dos dados a cada percurso realizado – as informações são compiladas e repassadas aos órgãos competentes apenas uma única vez, ao final de cada mês.

Duas emendas que tratam da manutenção desse regramento e que atingem diretamente o setor lácteo foram incluídas na MP, ambas de autoria do deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania/SP). As emendas 72 e 73 tratam basicamente da não obrigatoriedade do DT-e no 1º percurso, conforme justificativa apresentada no texto da emenda 73: “Necessário explicar que no primeiro percurso os caminhões saem da fábrica ou do posto de refrigeração vazios e realizam as coletas nas propriedades rurais. Após o recolhimento do leite nas fazendas, retornam aos locais de origem com o produto. Ocorre que não é possível, nessa operação, saber exatamente qual o volume de leite que o caminhão levará aos estabelecimentos, já que há variação diária na quantidade de leite coletado das propriedades rurais. Verifica-se, então, ser, nesse primeiro percurso, isto é, no recolhimento do leite nas propriedades rurais, essencial que se dispense o DT-e, sob pena de impor graves prejuízos ao setor tão importante como é o de lácteos”.

O Sindilat, junto com suas empresas associadas, está em contato permanente com o deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), que acolheu tais emendas (72 e 73) no dia 1º de junho. O sindicato ainda solicitou a manutenção dos regimes especiais com as Secretarias da Fazenda dos Estados para os chamados contratos vinculados à repetida operação. Esse é permitido somente para as operações internas de cada Estado.

Saiba mais sobre a MP 1051/21,

<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/148500>

Acesse aqui a matéria na íntegra



Imagem: Divulgação

EXPORTAÇÃO**Aliança Láctea Sul Brasileira: Programa que incentiva exportação de laticínios ganha força no Sul**

Exportações vão ganhar novo estímulo com o desenvolvimento do Peiex

Por: AGROLINK COM INF. DE ASESORIA
Publicado em 08/06/2021 às 16:22h.



Uma das grandes pautas do setor lácteo brasileiro, as exportações vão ganhar novo estímulo com o desenvolvimento do Peiex (Programa de Qualificação para Exportação) oferecido pela Apex-Brasil para que as empresas do setor iniciem a sua preparação para ingressar no mercado internacional com seus produtos. Em reunião da Aliança Láctea Sul Brasileira na manhã desta terça-feira (8/06), o analista de qualificação e competitividade da Apex Brasil, Laudemir Müller, explicou que a iniciativa que busca despertar a ideia da exportação, qualificar e preparar as empresas para que elas possam olhar para o mercado internacional existe há mais de 10 anos e, no ano passado, foi criado um núcleo voltado exclusivamente ao setor lácteo. O encontro virtual contou com a participação de Alexandre Guerra, 1º vice-presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat/RS) e de Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindilat/RS.



De acordo com o dirigente, já foi lançado um edital para a Região Sul e, em Porto Alegre, a Unisinos ficará responsável pelo programa Peiex voltado ao setor. "A próxima fase será buscar equipe especializada em laticínios e, após, vem a parte do treinamento, o repasse de conteúdos e de análises de mercado para que possamos prestar esse atendimento que é totalmente gratuito", destacou. Müller informou que a expectativa é atender individualmente a 25 laticínios que queiram ingressar no mercado internacional, pontuando que o tempo de atendimento prestado às empresas pode variar de 4 a 6 meses, dependendo do perfil do estabelecimento. Antes de lançar o edital para o Sul, a Apex consultou os três sindicatos que representam as indústrias lácteas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a fim de saber se havia público interessado na iniciativa. "Prontamente tivemos 20 empresas interessadas, o que nos encorajou a lançar o projeto", afirmou.

Na mesma linha de incentivo à cultura exportadora na cadeia produtiva, a Comissão Nacional da Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) mantém o programa Agro BR, que prioriza a internacionalização de pequenos e médios produtores. “Neste programa, o leite é um dos setores prioritários ao mesmo tempo em que se mostra desafiador do ponto de vista da mobilização para que os negócios aconteçam, apesar das inúmeras oportunidades existentes”, pontuou Camila Sande, coordenadora de Promoção Comercial da CNA. Segundo ela, são várias as iniciativas que rodam atualmente visando à exportação, no entanto, ela alerta que é preciso sistematizar os interessados em participar, visando foco no objetivo no mercado externo. Para municiar as entidades sobre o que o programa oferece, Camila pontuou ser importante que as entidades do setor se envolvam ainda mais nesta questão como forma de contribuir com o engajamento das empresas no programa. “Podemos oferecer a elas consultoria, seminários virtuais, treinamento, assistência técnica, capacitação voltada aos mercadores exportadores, rodadas virtuais de negócios, além de informar sobre as especificidades de cada mercado, modelos de entrega, escopo territorial, custos e outras informações que fazem parte de todo esse processo”, elencou.

Na reunião desta terça-feira, a Aliança Láctea também abordou o cenário atual das importações de produtos lácteos, com informações trazidas por Fernando Pinheiro, analista econômico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). De acordo com dados do Ministério da Economia atualizados até maio, ingressaram no Brasil no mês passado 8.400 toneladas de produtos, um aumento de 15% em volume sobre abril último, mas bem abaixo dos patamares verificados no primeiro trimestre do ano. “Apesar disso, os volumes verificados até agora estão 60% abaixo da média histórica para os meses de maio”, informou Pinheiro. A Argentina responde por 51,5% da origem dos produtos importados, enquanto o Uruguai, em segundo lugar, por 37,6%. Segundo ele, os valores pela cesta de lácteos começam a subir, estando em uma média de US\$ 3.240 por tonelada. Por outro lado, destacou, que as exportações acumuladas em 2021 estão 38% acima das registradas em 2020.

Outro tema abordado na reunião setorial foi o fatiamento da Reforma Tributária em curso, o que pode atingir em cheio o setor lácteo, segundo alertou o deputado federal gaúcho Alceu Moreira, presidente da Subcomissão do Leite da Câmara Federal. O tema foi explanado pelo consultor da Câmara Setorial do Leite, Marcelo Martins. De acordo com ele, a unificação de impostos em uma única contribuição – a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) fará com que retorne a tributação sobre insumos utilizados na pecuária de leite que atualmente têm alíquota zero, tais como adubos, corretivos, defensivos, sementes, vacinas, sêmens e embriões e farelo de soja. “Acreditamos que a Reforma Tributária é importante sob o ponto de vista da simplificação, da transparência e da justiça tributária, mas, pelo o que está sendo proposto, e analisando o setor agro, a medida em que avançar o fatiamento da reforma, esse pilares não atingirão êxito junto ao setor primário”, afirmou. Segundo o consultor, a criação da CBS, que traz junto o estorno do crédito presumido, implicará em perda de competitividade ao setor e incentivará as importações, sobretudo dentro do Mercosul, onde se mantém a alíquota zero para itens da cesta básica. “Teremos aumento da carga tributária no país que se reverterá em elevação de custos da ordem de 12,5%. Esse impacto não atingirá o produtor de fora e dará maior competitividade a eles se tivermos que estornar créditos”, destacou Martins.

O dirigente enfatizou que o momento é oportuno para que os sindicatos e entidades que representam o setor se articulem e agendem reuniões com formadores de opinião em Brasília para que pontos importantes para o setor lácteo sejam analisados e incluídos na pauta da reforma, sob pena de colocar em risco a competitividade da cadeia. A luta passa por manter o produtor rural como não contribuinte do IBS/CBS, manutenção dos itens da cesta básica sujeitos à alíquota zero e não isentos, não incidência de imposto seletivo sobre alimentos, crédito presumido com alíquota que garanta a não cumulatividade na cadeia produtiva, garantia de uso de todos os créditos na aquisição de insumos e serviços e rápida restituição dos créditos (exportação, ordinários, investimento e na transição).

RS: coronavírus - Aliança Láctea Sul Brasileira, programa que incentiva exportação de laticínios ganha força no Sul, destaca Sindilat gaúcho

Porto Alegre/RS

Uma das grandes pautas do setor lácteo brasileiro, as exportações vão ganhar novo estímulo com o desenvolvimento do Peiex (Programa de Qualificação para Exportação) oferecido pela Apex-Brasil para que as empresas do setor iniciem a sua preparação para ingressar no mercado internacional com seus produtos.

Em reunião da Aliança Láctea Sul Brasileira na manhã desta terça-feira (08), o analista de qualificação e competitividade da Apex Brasil, Laudemir Müller, explicou que a iniciativa que busca despertar a ideia da exportação, qualificar e preparar as empresas para que elas possam olhar para o mercado internacional existe há mais de 10 anos e, no ano passado, foi criado um núcleo voltado exclusivamente ao setor lácteo. O encontro virtual contou com a participação de Alexandre Guerra, 1º vice-presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat/RS) e de Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindilat/RS.

De acordo com o dirigente, já foi lançado um edital para a Região Sul e, em Porto Alegre, a Unisinos ficará responsável pelo programa Peiex voltado ao setor. "A próxima fase será buscar equipe especializada em laticínios e, após, vem a parte do treinamento, o repasse de conteúdos e de análises de mercado para que possamos prestar esse atendimento que é totalmente gratuito", destacou. Müller informou que a expectativa é atender individualmente a 25 laticínios que queiram ingressar no mercado internacional, pontuando que o tempo de atendimento prestado às empresas pode variar de 4 a 6 meses, dependendo do perfil do estabelecimento. Antes de lançar o edital para o Sul, a Apex consultou os três sindicatos que representam as indústrias lácteas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a fim de saber se havia público interessado na iniciativa. "Prontamente tivemos 20 empresas interessadas, o que nos encorajou a lançar o projeto", afirmou.

Na mesma linha de incentivo à cultura exportadora na cadeia produtiva, a Comissão Nacional da Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) mantém o programa Agro BR, que prioriza a internacionalização de pequenos e médios produtores. "Neste programa, o leite é um dos setores prioritários ao mesmo tempo em que se mostra desafiador do ponto de vista da mobilização para que os negócios aconteçam, apesar das inúmeras oportunidades existentes", pontuou Camila Sande, coordenadora de Promoção Comercial da CNA.

Segundo ela, são várias as iniciativas que rodam atualmente visando à exportação, no entanto, ela alerta que é preciso sistematizar os interessados em participar, visando foco no objetivo no mercado externo. Para iniciar as entidades sobre o que o programa oferece, Camila pontuou ser importante que as entidades do setor se envolvam ainda mais nesta questão como forma de contribuir com o engajamento das empresas no programa.

"Podemos oferecer a elas consultoria, seminários virtuais, treinamento, assistência técnica, capacitação voltada aos mercadores exportadores, rodadas virtuais de negócios, além de informar sobre as especificidades de cada mercado, modelos de entrega, escopo territorial, custos e outras informações que fazem parte de todo esse processo", elencou.

Imagens



Save years of research with
SYNTHIA™ retrosynthesis...
Developing a new medicine can
take up to 12 years. Tools like...

Merck

[LEARN MORE!](#)

Na reunião desta terça-feira, a Aliança Láctea também abordou o cenário atual das importações de produtos lácteos, com informações trazidas por Fernando Pinheiro, analista econômico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). De acordo com dados do Ministério da Economia atualizados até maio, ingressaram no Brasil no mês passado 8.400 toneladas de produtos, um aumento de 15% em volume sobre abril último, mas bem abaixo dos patamares verificados no primeiro trimestre do ano. "Apesar disso, os volumes verificados até agora estão 60% abaixo da média histórica para os meses de maio", informou Pinheiro. A Argentina responde por 51,5% da origem dos produtos importados, enquanto o Uruguai, em segundo lugar, por 37,6%. Segundo ele, os valores pela cesta de lácteos começam a subir, estando em uma média de US\$ 3.240 por tonelada. Por outro lado, destacou, que as exportações acumuladas em 2021 estão 38% acima das registradas em 2020.

Outro tema abordado na reunião setorial foi o fatiamento da Reforma Tributária em curso, o que pode atingir em cheio o setor lácteo, segundo alertou o deputado federal gaúcho Alceu Moreira, presidente da Subcomissão do Leite da Câmara Federal. O tema foi explanado pelo consultor da Câmara Setorial do Leite, Marcelo Martins. De acordo com ele, a unificação de impostos em uma única contribuição – a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) fará com que retorne a tributação sobre insumos utilizados na pecuária de leite que atualmente têm alíquota zero, tais como adubos, corretivos, defensivos, sementes, vacinas, sêmens e embriões e farelo de soja.

"Acreditamos que a Reforma Tributária é importante sob o ponto de vista da simplificação, da transparência e da justiça tributária, mas, pelo o que está sendo proposto, e analisando o setor agro, a medida em que avançar o fatiamento da reforma, esse pilares não atingirão êxito junto ao setor primário", afirmou. Segundo o consultor, a criação da CBS, que traz junto o estorno do crédito presumido, implicará em perda de competitividade ao setor e incentivará as importações, sobretudo dentro do Mercosul, onde se mantém a alíquota zero para itens da cesta básica. "Teremos aumento da carga tributária no país que se reverterá em elevação de custos da ordem de 12,5%. Esse impacto não atingirá o produtor de fora e dará maior competitividade a eles se tivermos que estornar créditos", destacou Martins.

O dirigente enfatizou que o momento é oportuno para que os sindicatos e entidades que representam o setor se articulem e agendem reuniões com formadores de opinião em Brasília para que pontos importantes para o setor lácteo sejam analisados e incluídos na pauta da reforma, sob pena de colocar em risco a competitividade da cadeia. A luta passa por manter o produtor rural como não contribuinte do IBS/CBS, manutenção dos itens da cesta básica sujeitos à alíquota zero e não isentos, não incidência de imposto seletivo sobre alimentos, crédito presumido com alíquota que garanta a não cumulatividade na cadeia produtiva, garantia de uso de todos os créditos na aquisição de insumos e serviços e rápida restituição dos créditos (exportação, ordinários, investimento e na transição).

Fonte: Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat/RS)

Aliança Láctea Sul Brasileira: Programa que incentiva exportação de laticínios ganha força no Sul

Publicado em 08/06/2021 17:00

145 exibições



Uma das grandes pautas do setor lácteo brasileiro, as exportações vão ganhar novo estímulo com o desenvolvimento do Peiex (Programa de Qualificação para Exportação) oferecido pela Apex-Brasil para que as empresas do setor iniciem a sua preparação para ingressar no mercado internacional com seus produtos. Em reunião da Aliança Láctea Sul Brasileira na manhã desta terça-feira (8/06), o analista de qualificação e competitividade da Apex Brasil, Laudemir Müller, explicou que a iniciativa que busca despertar a ideia da exportação, qualificar e preparar as empresas para que elas possam olhar para o mercado internacional existe há mais de 10 anos e, no ano passado, foi criado um núcleo voltado exclusivamente ao setor lácteo. O encontro virtual contou com a participação de Alexandre

Guerra, 1º vice-presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat/RS) e de Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindilat/RS.

De acordo com o dirigente, já foi lançado um edital para a Região Sul e, em Porto Alegre, a Unisinos ficará responsável pelo programa Peiex voltado ao setor. "A próxima fase será buscar equipe especializada em laticínios e, após, vem a parte do treinamento, o repasse de conteúdos e de análises de mercado para que possamos prestar esse atendimento que é totalmente gratuito", destacou. Müller informou que a expectativa é atender individualmente a 25 laticínios que queiram ingressar no mercado internacional, pontuando que o tempo de atendimento prestado às empresas pode variar de 4 a 6 meses, dependendo do perfil do estabelecimento. Antes de lançar o edital para o Sul, a Apex consultou os três sindicatos que representam as indústrias lácteas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a fim de saber se havia público interessado na iniciativa. "Prontamente tivemos 20 empresas interessadas, o que nos encorajou a lançar o projeto", afirmou.

Na mesma linha de incentivo à cultura exportadora na cadeia produtiva, a Comissão Nacional da Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) mantém o programa Agro BR, que prioriza a internacionalização de pequenos e médios produtores. “Neste programa, o leite é um dos setores prioritários ao mesmo tempo em que se mostra desafiador do ponto de vista da mobilização para que os negócios aconteçam, apesar das inúmeras oportunidades existentes”, pontuou Camila Sande, coordenadora de Promoção Comercial da CNA. Segundo ela, são várias as iniciativas que rodam atualmente visando à exportação, no entanto, ela alerta que é preciso sistematizar os interessados em participar, visando foco no objetivo no mercado externo. Para municiar as entidades sobre o que o programa oferece, Camila pontuou ser importante que as entidades do setor se envolvam ainda mais nesta questão como forma de contribuir com o engajamento das empresas no programa. “Podemos oferecer a elas consultoria, seminários virtuais, treinamento, assistência técnica, capacitação voltada aos mercadores exportadores, rodadas virtuais de negócios, além de informar sobre as especificidades de cada mercado, modelos de entrega, escopo territorial, custos e outras informações que fazem parte de todo esse processo”, elencou.

Na reunião desta terça-feira, a Aliança Láctea também abordou o cenário atual das importações de produtos lácteos, com informações trazidas por Fernando Pinheiro, analista econômico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). De acordo com dados do Ministério da Economia atualizados até maio, ingressaram no Brasil no mês passado 8.400 toneladas de produtos, um aumento de 15% em volume sobre abril último, mas bem abaixo dos patamares verificados no primeiro trimestre do ano. “Apesar disso, os volumes verificados até agora estão 60% abaixo da média histórica para os meses de maio”, informou Pinheiro. A Argentina responde por 51,5% da origem dos produtos importados, enquanto o Uruguai, em segundo lugar, por 37,6%. Segundo ele, os valores pela cesta de lácteos começam a subir, estando em uma média de US\$ 3.240 por tonelada. Por outro lado, destacou, que as exportações acumuladas em 2021 estão 38% acima das registradas em 2020.

Outro tema abordado na reunião setorial foi o fatiamento da Reforma Tributária em curso, o que pode atingir em cheio o setor lácteo, segundo alertou o deputado federal gaúcho Alceu Moreira, presidente da Subcomissão do Leite da Câmara Federal. O tema foi explanado pelo consultor da Câmara Setorial do Leite, Marcelo Martins. De acordo com ele, a unificação de impostos em uma única contribuição – a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) fará com que retorne a tributação sobre insumos utilizados na pecuária de leite que atualmente têm alíquota zero, tais como adubos, corretivos, defensivos, sementes, vacinas, sêmens e embriões e farelo de soja. “Acreditamos que a Reforma Tributária é importante sob o ponto de vista da simplificação, da transparência e da justiça tributária, mas, pelo o que está sendo proposto, e analisando o setor agro, a medida em que avançar o fatiamento da reforma, esse pilares não atingirão êxito junto ao setor primário”, afirmou. Segundo o consultor, a criação da CBS, que traz junto o estorno do crédito presumido, implicará em perda de competitividade ao setor e incentivará as importações, sobretudo dentro do Mercosul, onde se mantém a alíquota zero para itens da cesta básica. “Teremos aumento da carga tributária no país que se reverterá em elevação de custos da ordem de 12,5%. Esse impacto não atingirá o produtor de fora e dará maior competitividade a eles se tivermos que estornar créditos”, destacou Martins.

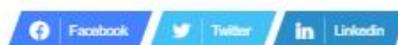
O dirigente enfatizou que o momento é oportuno para que os sindicatos e entidades que representam o setor se articulem e agendem reuniões com formadores de opinião em Brasília para que pontos importantes para o setor lácteo sejam analisados e incluídos na pauta da reforma, sob pena de colocar em risco a competitividade da cadeia. A luta passa por manter o produtor rural como não contribuinte do IBS/CBS, manutenção dos itens da cesta básica sujeitos à alíquota zero e não isentos, não incidência de imposto seletivo sobre alimentos, crédito presumido com alíquota que garanta a não cumulatividade na cadeia produtiva, garantia de uso de todos os créditos na aquisição de insumos e serviços e rápida restituição dos créditos (exportação, ordinários, investimento e na transição).

Agronegócio

Aliança Láctea Sul Brasileira ganha força no Sul

Programa incentiva a exportação de lácteos.

Revista News - 8 de junho de 2021



Uma das grandes pautas do setor lácteo brasileiro, as exportações vão ganhar novo estímulo com o desenvolvimento do Peiex (Programa de Qualificação para Exportação) oferecido pela Apex-Brasil para que as empresas do setor iniciem a sua preparação para ingressar no mercado internacional com seus produtos. Em reunião da Aliança Láctea Sul Brasileira na manhã desta terça-feira (8/06), o analista de qualificação e competitividade da Apex Brasil, Laudemir Müller, explicou que a iniciativa que busca despertar a ideia da exportação, qualificar e preparar as empresas para que elas possam olhar para o mercado internacional existe há mais de 10 anos e, no ano passado, foi criado um núcleo voltado exclusivamente ao setor lácteo. O encontro virtual contou com a participação de Alexandre Guerra, 1º vice-presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat/RS) e de Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindilat/RS.

De acordo com o dirigente, já foi lançado um edital para a Região Sul e, em Porto Alegre, a Unisinos ficará responsável pelo programa Peiex voltado ao setor. "A próxima fase será buscar equipe especializada em laticínios e, após, vem a parte do treinamento, o repasse de conteúdos e de análises de mercado para que possamos prestar esse atendimento que é totalmente gratuito", destacou. Müller informou que a expectativa é atender individualmente a 25 laticínios que queiram ingressar no mercado internacional, pontuando que o tempo de atendimento prestado às empresas pode variar de 4 a 6 meses, dependendo do perfil do estabelecimento. Antes de lançar o edital para o Sul, a Apex consultou os três sindicatos que representam as indústrias lácteas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a fim de saber se havia público interessado na iniciativa. "Prontamente tivemos 20 empresas interessadas, o que nos encorajou a lançar o projeto", afirmou.

Na mesma linha de incentivo à cultura exportadora na cadeia produtiva, a Comissão Nacional da Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) mantém o programa Agro BR, que prioriza a internacionalização de pequenos e médios produtores. “Neste programa, o leite é um dos setores prioritários ao mesmo tempo em que se mostra desafiador do ponto de vista da mobilização para que os negócios aconteçam, apesar das inúmeras oportunidades existentes”, pontuou Camila Sande, coordenadora de Promoção Comercial da CNA. Segundo ela, são várias as iniciativas que rodam atualmente visando à exportação, no entanto, ela alerta que é preciso sistematizar os interessados em participar, visando foco no objetivo no mercado externo. Para municiar as entidades sobre o que o programa oferece, Camila pontuou ser importante que as entidades do setor se envolvam ainda mais nesta questão como forma de contribuir com o engajamento das empresas no programa. “Podemos oferecer a elas consultoria, seminários virtuais, treinamento, assistência técnica, capacitação voltada aos mercadores exportadores, rodadas virtuais de negócios, além de informar sobre as especificidades de cada mercado, modelos de entrega, escopo territorial, custos e outras informações que fazem parte de todo esse processo”, elencou.

Na reunião desta terça-feira, a Aliança Láctea também abordou o cenário atual das importações de produtos lácteos, com informações trazidas por Fernando Pinheiro, analista econômico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). De acordo com dados do Ministério da Economia atualizados até maio, ingressaram no Brasil no mês passado 8.400 toneladas de produtos, um aumento de 15% em volume sobre abril último, mas bem abaixo dos patamares verificados no primeiro trimestre do ano. “Apesar disso, os volumes verificados até agora estão 60% abaixo da média histórica para os meses de maio”, informou Pinheiro. A Argentina responde por 51,5% da origem dos produtos importados, enquanto o Uruguai, em segundo lugar, por 37,6%. Segundo ele, os valores pela cesta de lácteos começam a subir, estando em uma média de US\$ 3.240 por tonelada. Por outro lado, destacou, que as exportações acumuladas em 2021 estão 38% acima das registradas em 2020.



Foto: Carolina Jardine

Outro tema abordado na reunião setorial foi o fatiamento da Reforma Tributária em curso, o que pode atingir em cheio o setor lácteo, segundo alertou o deputado federal gaúcho Alceu Moreira, presidente da Subcomissão do Leite da Câmara Federal. O tema foi explanado pelo consultor da Câmara Setorial do Leite, Marcelo Martins. De acordo com ele, a unificação de impostos em uma única contribuição – a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) fará com que retorne a tributação sobre insumos utilizados na pecuária de leite que atualmente têm alíquota zero, tais como adubos, corretivos, defensivos, sementes, vacinas, sêmens e embriões e farelo de soja. “Acreditamos que a Reforma Tributária é importante sob o ponto de vista da simplificação, da transparência e da justiça tributária, mas, pelo o que está sendo proposto, e analisando o setor agro, a medida em que avançar o fatiamento da reforma, esse pilares não atingirão êxito junto ao setor primário”, afirmou. Segundo o consultor, a criação da CBS, que traz junto o estorno do crédito presumido, implicará em perda de competitividade ao setor e incentivará as importações, sobretudo dentro do Mercosul, onde se mantém a alíquota zero para itens da cesta básica. “Teremos aumento da carga tributária no país que se reverterá em elevação de custos da ordem de 12,5%. Esse impacto não atingirá o produtor de fora e dará maior competitividade a eles se tivermos que estornar créditos”, destacou Martins.



O dirigente enfatizou que o momento é oportuno para que os sindicatos e entidades que representam o setor se articulem e agendem reuniões com formadores de opinião em Brasília para que pontos importantes para o setor lácteo sejam analisados e incluídos na pauta da reforma, sob pena de colocar em risco a competitividade da cadeia. A luta passa por manter o produtor rural como não contribuinte do IBS/CBS, manutenção dos itens da cesta básica sujeitos à alíquota zero e não isentos, não incidência de imposto seletivo sobre alimentos, crédito presumido com alíquota que garanta a não cumulatividade na cadeia produtiva, garantia de uso de todos os créditos na aquisição de insumos e serviços e rápida restituição dos créditos (exportação, ordinários, investimento e na transição).

Aliança Láctea Sul Brasileira: Programa que incentiva exportação de lácteos ganha força no Sul



Uma das grandes pautas do setor lácteo brasileiro, as exportações vão ganhar novo estímulo com o desenvolvimento do Peix (Programa de Qualificação para Exportação) oferecido pela Apex-Brasil para que as empresas do setor iniciem a sua preparação para ingressar no mercado internacional com seus produtos. Em reunião da Aliança Láctea Sul Brasileira na manhã desta terça-feira (8/06), o analista de qualificação e competitividade da Apex Brasil, Laudemir Müller, explicou que a iniciativa que busca despertar a ideia da exportação, qualificar e preparar as empresas para que elas possam olhar para o mercado internacional existe há mais de 10 anos e, no ano passado, foi criado um núcleo voltado exclusivamente ao setor lácteo. O encontro virtual contou com a participação de Alexandre Guerra, 1º vice-presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat/RS) e de Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindilat/RS.

De acordo com o dirigente, já foi lançado um edital para a Região Sul e, em Porto Alegre, a Unisinos ficará responsável pelo programa Peix voltado ao setor. “A próxima fase será buscar equipe especializada em laticínios e, após, vem a parte do treinamento, o repasse de conteúdos e de análises de mercado para que possamos prestar esse atendimento que é totalmente gratuito”, destacou. Müller informou que a expectativa é atender individualmente a 25 laticínios que queiram ingressar no mercado internacional, pontuando que o tempo de atendimento prestado às empresas pode variar de 4 a 6 meses, dependendo do perfil do estabelecimento. Antes de lançar o edital para o Sul, a Apex consultou os três sindicatos que representam as indústrias lácteas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a fim de saber se havia público interessado na iniciativa. “Prontamente tivemos 20 empresas interessadas, o que nos encorajou a lançar o projeto”, afirmou.

Na mesma linha de incentivo à cultura exportadora na cadeia produtiva, a Comissão Nacional da Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) mantém o programa Agro BR, que prioriza a internacionalização de pequenos e médios produtores. “Neste programa, o leite é um dos setores prioritários ao mesmo tempo em que se mostra desafiador do ponto de vista da mobilização para que os negócios aconteçam, apesar das inúmeras oportunidades existentes”, pontuou Camila Sande, coordenadora de Promoção Comercial da CNA. Segundo ela, são várias as iniciativas que rodam atualmente visando à exportação, no entanto, ela alerta que é preciso sistematizar os interessados em participar, visando foco no objetivo no mercado externo. Para municiar as entidades sobre o que o programa oferece, Camila pontuou ser importante que as entidades do setor se envolvam ainda mais nesta questão como forma de contribuir com o engajamento das empresas no programa. “Podemos oferecer a elas consultoria, seminários virtuais, treinamento, assistência técnica, capacitação voltada aos mercados exportadores, rodadas virtuais de negócios, além de informar sobre as especificidades de cada mercado, modelos de entrega, escopo territorial, custos e outras informações que fazem parte de todo esse processo”, elencou.

Na reunião desta terça-feira, a Aliança Láctea também abordou o cenário atual das importações de produtos lácteos, com informações trazidas por Fernando Pinheiro, analista econômico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). De acordo com dados do Ministério da Economia atualizados até maio, ingressaram no Brasil no mês passado 8.400 toneladas de produtos, um aumento de 15% em volume sobre abril último, mas bem abaixo dos patamares verificados no primeiro trimestre do ano. “Apesar disso, os volumes verificados até agora estão 60% abaixo da média histórica para os meses de maio”, informou Pinheiro. A Argentina responde por 51,5% da origem dos produtos importados, enquanto o Uruguai, em segundo lugar, por 37,6%. Segundo ele, os valores pela cesta de lácteos começam a subir, estando em uma média de US\$ 3.240 por tonelada. Por outro lado, destacou, que as exportações acumuladas em 2021 estão 38% acima das registradas em 2020.

Outro tema abordado na reunião setorial foi o fatiamento da Reforma Tributária em curso, o que pode atingir em cheio o setor lácteo, segundo alertou o deputado federal gaúcho Alceu Moreira, presidente da Subcomissão do Leite da Câmara Federal. O tema foi explanado pelo consultor da Câmara Setorial do Leite, Marcelo Martins. De acordo com ele, a unificação de impostos em uma única contribuição – a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) fará com que retorne a tributação sobre insumos utilizados na pecuária de leite que atualmente têm alíquota zero, tais como adubos, corretivos, defensivos, sementes, vacinas, sêmens e embriões e farelo de soja. “Acreditamos que a Reforma Tributária é importante sob o ponto de vista da simplificação, da transparência e da justiça tributária, mas, pelo o que está sendo proposto, e analisando o setor agro, a medida em que avançar o fatiamento da reforma, esse pilares não atingirão êxito junto ao setor primário”, afirmou. Segundo o consultor, a criação da CBS, que traz junto o estorno do crédito presumido, implicará em perda de competitividade ao setor e incentivará as importações, sobretudo dentro do Mercosul, onde se mantém a alíquota zero para itens da cesta básica. “Teremos aumento da carga tributária no país que se reverterá em elevação de custos da ordem de 12,5%. Esse impacto não atingirá o produtor de fora e dará maior competitividade a eles se tivermos que estornar créditos”, destacou Martins.

O dirigente enfatizou que o momento é oportuno para que os sindicatos e entidades que representam o setor se articulem e agendem reuniões com formadores de opinião em Brasília para que pontos importantes para o setor lácteo sejam analisados e incluídos na pauta da reforma, sob pena de colocar em risco a competitividade da cadeia. A luta passa por manter o produtor rural como não contribuinte do IBS/CBS, manutenção dos itens da cesta básica sujeitos à alíquota zero e não isentos, não incidência de imposto seletivo sobre alimentos, crédito presumido com alíquota que garanta a não cumulatividade na cadeia produtiva, garantia de uso de todos os créditos na aquisição de insumos e serviços e rápida restituição dos créditos (exportação, ordinários, investimento e na transição).

Programa que incentiva exportação de laticínios ganha força no Sul do país

GIRO DE NOTÍCIAS
EM 09/06/2021
4 MIN DE LEITURA



Uma das grandes pautas do setor lácteo brasileiro, as **exportações** ganharão novo estímulo com o desenvolvimento do Peiex (Programa de Qualificação para Exportação) oferecido pela Apex-Brasil para que as empresas do setor iniciem a sua **preparação para ingressar no mercado internacional**.

Em reunião da **Aliança Láctea Sul Brasileira** na manhã de ontem (08/06), o analista de qualificação e competitividade da Apex Brasil, Laudemir Müller, explicou que a **iniciativa que busca despertar a ideia da exportação, qualificar e preparar as empresas** para que elas possam olhar para o mercado internacional existe há mais de 10 anos e, no ano passado, foi criado um núcleo voltado exclusivamente ao setor lácteo.

O encontro online contou com a participação de Alexandre Guerra, 1º vice-presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat/RS) e de Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindilat/RS.

Conforme o dirigente, já foi lançado um edital para a Região Sul e, em Porto Alegre, a Unisinos ficará responsável pelo programa Peiex voltado ao setor. “A próxima fase será buscar equipe especializada em **laticínios** e, após, vem a parte do treinamento, o repasse de conteúdos e de análises de mercado para que possamos prestar esse atendimento que é totalmente gratuito”, destacou.

Müller informou que a expectativa é atender individualmente a 25 laticínios que desejam ingressar no mercado internacional, pontuando que o tempo de atendimento prestado às empresas pode variar de 4 a 6 meses, dependendo do perfil da empresa.

Antes de lançar o edital para o Sul, a Apex consultou os três sindicatos que representam as indústrias as de laticínios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a fim de saber se havia público interessado na iniciativa. “Prontamente tivemos 20 empresas interessadas, o que nos encorajou a lançar o projeto”, afirmou.

Na mesma linha de incentivo à cultura exportadora na cadeia produtiva, a **Comissão Nacional da Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)** mantém o programa Agro BR, que prioriza a internacionalização de pequenos e médios produtores.

“Neste programa, o leite é um dos setores prioritários ao mesmo tempo em que se mostra desafiador do ponto de vista da mobilização para que os negócios aconteçam, apesar das inúmeras oportunidades existentes”, ressaltou Camila Sande, coordenadora de Promoção Comercial da CNA.

De acordo com Camila, são diversas as iniciativas que rodam atualmente visando à exportação. Contudo, ela alerta que é preciso sistematizar os interessados em participar, com o objetivo de focar no mercado externo.

Para municiar as entidades sobre o que o programa oferece, Camila pontuou ser importante que as entidades do setor se envolvam ainda mais nesta questão para contribuir com o engajamento das empresas no programa.

“Podemos oferecer a elas consultoria, seminários virtuais, treinamento, assistência técnica, capacitação voltada aos mercados exportadores, rodadas virtuais de negócios, além de informar sobre as especificidades de cada mercado, modelos de entrega, escopo territorial, custos e outras informações que fazem parte de todo esse processo”, pontuou.

Na reunião de ontem (08/06), a Aliança Láctea também **abordou o cenário atual das importações de produtos lácteos**, com informações trazidas por Fernando Pinheiro, analista econômico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

Segundo os dados do Ministério da Economia atualizados até maio, ingressaram no Brasil no mês passado 8.400 toneladas de produtos, um aumento de 15% em volume sobre abril último, mas bem abaixo dos patamares verificados no primeiro trimestre do ano. “Apesar disso, os volumes verificados até agora estão 60% abaixo da média histórica para os meses de maio”, informou Pinheiro.

A Argentina responde por 51,5% da origem dos produtos importados, enquanto o Uruguai, em segundo lugar, por 37,6%. Segundo ele, os valores pela cesta de lácteos começam a subir, estando em uma média de US\$ 3.240 por tonelada. Por outro lado, destacou, que as **exportações acumuladas em 2021 estão 38% acima das registradas em 2020**.

Outra questão abordada na reunião setorial foi o **fatiamiento da Reforma Tributária** em curso, o que pode atingir em cheio o setor lácteo, segundo alertou o deputado federal gaúcho Alceu Moreira, presidente da Subcomissão do Leite da Câmara Federal.

O tema foi explanado pelo consultor da Câmara Setorial do Leite, Marcelo Martins. De acordo com ele, a unificação de impostos em uma única contribuição – a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) fará com que retorne a tributação sobre insumos utilizados na pecuária de leite que atualmente têm alíquota zero, tais como adubos, corretivos, defensivos, sementes, vacinas, sêmens, embriões e farelo de soja.

“Acreditamos que a Reforma Tributária é importante sob o ponto de vista da simplificação, da transparência e da justiça tributária, mas, pelo o que está sendo proposto, e analisando o setor agro, a medida em que avançar o fatiamiento da reforma, esse pilares não atingirão êxito junto ao setor primário”, comentou.

Segundo o consultor, a criação da CBS, que traz junto o estorno do crédito presumido, implicará em perda de competitividade ao setor e incentivará as importações, sobretudo dentro do Mercosul, onde se mantém a alíquota zero para itens da cesta básica.

“Teremos aumento da carga tributária no país que se reverterá em elevação de custos da ordem de 12,5%. Esse impacto não atingirá o produtor de fora e dará maior competitividade a eles se tivermos que estornar créditos”, destacou Martins.

O dirigente destacou que o momento é oportuno para que os sindicatos e entidades que representam o setor se articulem e agendem reuniões com formadores de opinião em Brasília para que pontos importantes para o setor lácteo seja analisados e incluídos na pauta da reforma, sob pena de colocar em risco a competitividade da cadeia.

A luta passa por manter o produtor rural como não contribuinte do IBS/CBS, manutenção dos itens da cesta básica sujeitos à alíquota zero e não isentos, não incidência de imposto seletivo sobre alimentos, crédito presumido com alíquota que garanta a não cumulatividade na cadeia produtiva, garantia de uso de todos os créditos na aquisição de insumos e serviços, e rápida restituição dos créditos (exportação, ordinários, investimento e na transição).

As informações são do Sindilat, adaptadas pela Equipe MilkPoint.

Veículo: Destaque Rural**Link:** <https://destaquerural.com.br/noticias/ver/15269/Programa-que-incentiva-exporta%C3%A7%C3%A3o-de-l%C3%A1cteos-ganha-for%C3%A7a-no-Sul-do-pa%C3%ADs>**Página:** Notícias**Data:** 09/06/2021

Programa que incentiva exportação de lácteos ganha força no Sul do país

09/06/2021

*Fonte: MilkPoint / Foto: Flickr*

Uma das grandes pautas do setor lácteo brasileiro, as exportações ganharão novo estímulo com o desenvolvimento do Peiex (Programa de Qualificação para Exportação) oferecido pela Apex-Brasil para que as empresas do setor iniciem a sua preparação para ingressar no mercado internacional.

Em reunião da Aliança Láctea Sul Brasileira na manhã de ontem (08/06), o analista de qualificação e competitividade da Apex Brasil, Laudemir Müller, explicou que a iniciativa que busca despertar a ideia da exportação, qualificar e preparar as empresas para que elas possam olhar para o mercado internacional existe há mais de 10 anos e, no ano passado, foi criado um núcleo voltado exclusivamente ao setor lácteo.

O encontro online contou com a participação de Alexandre Guerra, 1º vice-presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat/RS) e de Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindilat/RS.

Conforme o dirigente, já foi lançado um edital para a Região Sul e, em Porto Alegre, a Unisinos ficará responsável pelo programa Peiex voltado ao setor. "A próxima fase será buscar equipe especializada em laticínios e, após, vem a parte do treinamento, o repasse de conteúdos e de análises de mercado para que possamos prestar esse atendimento que é totalmente gratuito", destacou.

Müller informou que a expectativa é atender individualmente a 25 laticínios que desejam ingressar no mercado internacional, pontuando que o tempo de atendimento prestado às empresas pode variar de 4 a 6 meses, dependendo do perfil da empresa.

Antes de lançar o edital para o Sul, a Apex consultou os três sindicatos que representam as indústrias de laticínios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a fim de saber se havia público interessado na iniciativa. "Prontamente tivemos 20 empresas interessadas, o que nos encorajou a lançar o projeto", afirmou.

Na mesma linha de incentivo à cultura exportadora na cadeia produtiva, a Comissão Nacional da Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) mantém o programa Agro BR, que prioriza a internacionalização de pequenos e médios produtores.

"Neste programa, o leite é um dos setores prioritários ao mesmo tempo em que se mostra desafiador do ponto de vista da mobilização para que os negócios aconteçam, apesar das inúmeras oportunidades existentes", ressaltou Camila Sande, coordenadora de Promoção Comercial da CNA.

De acordo com Camila, são diversas as iniciativas que rodam atualmente visando à exportação. Contudo, ela alerta que é preciso sistematizar os interessados em participar, com o objetivo de focar no mercado externo.

Para municiar as entidades sobre o que o programa oferece, Camila pontuou ser importante que as entidades do setor se envolvam ainda mais nesta questão para contribuir com o engajamento das empresas no programa.

"Podemos oferecer a elas consultoria, seminários virtuais, treinamento, assistência técnica, capacitação voltada aos mercadores exportadores, rodadas virtuais de negócios, além de informar sobre as especificidades de cada mercado, modelos de entrega, escopo territorial, custos e outras informações que fazem parte de todo esse processo", pontou.

Na reunião de ontem (08/06), a Aliança Láctea também abordou o cenário atual das importações de produtos lácteos, com informações trazidas por Fernando Pinheiro, analista econômico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

Segundo os dados do Ministério da Economia atualizados até maio, ingressaram no Brasil no mês passado 8.400 toneladas de produtos, um aumento de 15% em volume sobre abril último, mas bem abaixo dos patamares verificados no primeiro trimestre do ano. "Apesar disso, os volumes verificados até agora estão 60% abaixo da média histórica para os meses de maio", informou Pinheiro.

A Argentina responde por 51,5% da origem dos produtos importados, enquanto o Uruguai, em segundo lugar, por 37,6%. Segundo ele, os valores pela cesta de lácteos começam a subir, estando em uma média de US\$ 3.240 por tonelada. Por outro lado, destacou, que as exportações acumuladas em 2021 estão 38% acima das registradas em 2020.

Outra questão abordada na reunião setorial foi o fatiamento da Reforma Tributária em curso, o que pode atingir em cheio o setor lácteo, segundo alertou o deputado federal gaúcho Alceu Moreira, presidente da Subcomissão do Leite da Câmara Federal.

O tema foi explanado pelo consultor da Câmara Setorial do Leite, Marcelo Martins. De acordo com ele, a unificação de impostos em uma única contribuição — a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) fará com que retorne a tributação sobre insumos utilizados na pecuária de leite que atualmente têm alíquota zero, tais como adubos, corretivos, defensivos, sementes, vacinas, sêmens, embriões e farelo de soja.

"Acreditamos que a Reforma Tributária é importante sob o ponto de vista da simplificação, da transparência e da justiça tributária, mas, pelo o que está sendo proposto, e analisando o setor agro, a medida em que avançar o fatiamento da reforma, esse pilares não atingirão êxito junto ao setor primário", comentou.

Segundo o consultor, a criação da CBS, que traz junto o estorno do crédito presumido, implicará em perda de competitividade ao setor e incentivará as importações, sobretudo dentro do Mercosul, onde se mantém a alíquota zero para itens da cesta básica.

"Teremos aumento da carga tributária no país que se reverterá em elevação de custos da ordem de 12,5%. Esse impacto não atingirá o produtor de fora e dará maior competitividade a eles se tivermos que estornar créditos", destacou Martins.

O dirigente destacou que o momento é oportuno para que os sindicatos e entidades que representam o setor se articulem e agendem reuniões com formadores de opinião em Brasília para que pontos importantes para o setor lácteo seja analisados e incluídos na pauta da reforma, sob pena de colocar em risco a competitividade da cadeia.

A luta passa por manter o produtor rural como não contribuinte do IBS/CBS, manutenção dos itens da cesta básica sujeitos à alíquota zero e não isentos, não incidência de imposto seletivo sobre alimentos, crédito presumido com alíquota que garanta a não cumulatividade na cadeia produtiva, garantia de uso de todos os créditos na aquisição de insumos e serviços, e rápida restituição dos créditos (exportação, ordinários, investimento e na transição).

As informações são do Sindilat, adaptadas pela [Equipe MilkPoint](#).

ALIANÇA LÁCTEA SUL BRASILEIRA: PROGRAMA QUE INCENTIVA EXPORTAÇÃO DE LÁCTEOS GANHA FORÇA NO SUL

Quarta-feira, 9 de junho de 2021

Compartilhe



Uma das grandes pautas do setor lácteo brasileiro, as exportações vão ganhar novo estímulo com o desenvolvimento do Peiex (Programa de Qualificação para Exportação) oferecido pela Apex-Brasil para que as empresas do setor iniciem a sua preparação para ingressar no mercado internacional com seus produtos. Em reunião da Aliança Láctea Sul Brasileira na manhã desta terça-feira (8/06), o analista de qualificação e competitividade da Apex Brasil, Laudemir Müller, explicou que a iniciativa que busca despertar a ideia da exportação, qualificar e preparar as empresas para que elas possam olhar para o mercado internacional existe há mais de 10 anos e, no ano passado, foi criado um núcleo voltado exclusivamente ao setor lácteo. O encontro virtual contou com a participação de Alexandre Guerra, 1º vice-presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat/RS) e de Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindilat/RS.

De acordo com o dirigente, já foi lançado um edital para a Região Sul e, em Porto Alegre, a Unisinos ficará responsável pelo programa Peiex voltado ao setor. "A próxima fase será buscar equipe especializada em laticínios e, após, vem a parte do treinamento, o repasse de conteúdos e de análises de mercado para que possamos prestar esse atendimento que é totalmente gratuito", destacou. Müller informou que a expectativa é atender individualmente a 25 laticínios que queiram ingressar no mercado internacional, pontuando que o tempo de atendimento prestado às empresas pode variar de 4 a 6 meses, dependendo do perfil do estabelecimento. Antes de lançar o edital para o Sul, a Apex consultou os três sindicatos que representam as indústrias lácteas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a fim de saber se havia público interessado na iniciativa. "Prontamente tivemos 20 empresas interessadas, o que nos encorajou a lançar o projeto", afirmou.



Foto: Carolina Jardine

Na mesma linha de incentivo à cultura exportadora na cadeia produtiva, a Comissão Nacional da Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) mantém o programa Agro BR, que prioriza a internacionalização de pequenos e médios produtores. "Neste programa, o leite é um dos setores prioritários ao mesmo tempo em que se mostra desafiador do ponto de vista da mobilização para que os negócios aconteçam, apesar das inúmeras oportunidades existentes", pontuou Camila Sande, coordenadora de Promoção Comercial da CNA. Segundo ela, são várias as iniciativas que rodam atualmente visando à exportação, no entanto, ela alerta que é preciso sistematizar os interessados em participar, visando foco no objetivo no mercado externo. Para municiar as entidades sobre o que o programa oferece, Camila pontuou ser importante que as entidades do setor se envolvam ainda mais nesta questão como forma de contribuir com o engajamento das empresas no programa. "Podemos oferecer a elas consultoria, seminários virtuais, treinamento, assistência técnica, capacitação voltada aos mercados exportadores, rodadas virtuais de negócios, além de informar sobre as especificidades de cada mercado, modelos de entrega, escopo territorial, custos e outras informações que fazem parte de todo esse processo", elencou.

Na reunião desta terça-feira, a Aliança Láctea também abordou o cenário atual das importações de produtos lácteos, com informações trazidas por Fernando Pinheiro, analista econômico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). De acordo com dados do Ministério da Economia atualizados até maio, ingressaram no Brasil no mês passado 8.400 toneladas de produtos, um aumento de 15% em volume sobre abril último, mas bem abaixo dos patamares verificados no primeiro trimestre do ano. "Apesar disso, os volumes verificados até agora estão 60% abaixo da média histórica para os meses de maio", informou Pinheiro. A Argentina responde por 51,5% da origem dos produtos importados, enquanto o Uruguai, em segundo lugar, por 37,6%. Segundo ele, os valores pela cesta de lácteos começam a subir, estando em uma média de US\$ 3.240 por tonelada. Por outro lado, destacou, que as exportações acumuladas em 2021 estão 38% acima das registradas em 2020.



Foto: Carolina Jardine

Outro tema abordado na reunião setorial foi o fatiamento da Reforma Tributária em curso, o que pode atingir em cheio o setor lácteo, segundo alertou o deputado federal gaúcho Alceu Moreira, presidente da Subcomissão do Leite da Câmara Federal. O tema foi explanado pelo consultor da Câmara Setorial do Leite, Marcelo Martins. De acordo com ele, a unificação de impostos em uma única contribuição – a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) fará com que retorne a tributação sobre insumos utilizados na pecuária de leite que atualmente têm alíquota zero, tais como adubos, corretivos, defensivos, sementes, vacinas, sêmens e embriões e farelo de soja. "Acreditamos que a Reforma Tributária é importante sob o ponto de vista da simplificação, da transparência e da justiça tributária, mas, pelo o que está sendo proposto, e analisando o setor agro, a medida em que avançar o fatiamento da reforma, esse pilares não atingirão êxito junto ao setor primário", afirmou. Segundo o consultor, a criação da CBS, que traz junto o estorno do crédito presumido, implicará em perda de competitividade ao setor e incentivará as importações, sobretudo dentro do Mercosul, onde se mantém a alíquota zero

para itens da cesta básica. "Teremos aumento da carga tributária no país que se reverterá em elevação de custos da ordem de 12,5%. Esse impacto não atingirá o produtor de fora e dará maior competitividade a eles se tivermos que estornar créditos", destacou Martins.

O dirigente enfatizou que o momento é oportuno para que os sindicatos e entidades que representam o setor se articulem e agendem reuniões com formadores de opinião em Brasília para que pontos importantes para o setor lácteo sejam analisados e incluídos na pauta da reforma, sob pena de colocar em risco a competitividade da cadeia. A luta passa por manter o produtor rural como não contribuinte do IBS/CBS, manutenção dos itens da cesta básica sujeitos à alíquota zero e não isentos, não incidência de imposto seletivo sobre alimentos, crédito presumido com alíquota que garanta a não cumulatividade na cadeia produtiva, garantia de uso de todos os créditos na aquisição de insumos e serviços e rápida restituição dos créditos (exportação, ordinários, investimento e na transição).

Aliança Láctea Sul Brasileira: Programa que incentiva exportação de lácteos ganha força no Sul

11 de junho de 2021

Uma das grandes pautas do setor lácteo brasileiro, as exportações vão ganhar novo estímulo com o desenvolvimento do Peiex (Programa de Qualificação para Exportação) oferecido pela Apex-Brasil para que as empresas do setor iniciem a sua preparação para ingressar no mercado internacional com seus produtos. Em reunião da Aliança Láctea Sul Brasileira na manhã desta terça-feira (8/06), o analista de qualificação e competitividade da Apex Brasil, Laudemir Müller, explicou que a iniciativa que busca despertar a ideia da exportação, qualificar e preparar as empresas para que elas possam olhar para o mercado internacional existe há mais de 10 anos e, no ano passado, foi criado um núcleo voltado exclusivamente ao setor lácteo. O encontro virtual contou com a participação de Alexandre Guerra, 1º vice-presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat/RS) e de Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindilat/RS.

De acordo com o dirigente, já foi lançado um edital para a Região Sul e, em Porto Alegre, a Unisinos ficará responsável pelo programa Peiex voltado ao setor. "A próxima fase será buscar equipe especializada em laticínios e, após, vem a parte do treinamento, o repasse de conteúdos e de análises de mercado para que possamos prestar esse atendimento que é totalmente gratuito", destacou. Müller informou que a expectativa é atender individualmente a 25 laticínios que queiram ingressar no mercado internacional, pontuando que o tempo de atendimento prestado às empresas pode variar de 4 a 6 meses, dependendo do perfil do estabelecimento. Antes de lançar o edital para o Sul, a Apex consultou os três sindicatos que representam as indústrias lácteas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a fim de saber se havia público interessado na iniciativa. "Prontamente tivemos 20 empresas interessadas, o que nos encorajou a lançar o projeto", afirmou.

Na mesma linha de incentivo à cultura exportadora na cadeia produtiva, a Comissão Nacional da Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) mantém o programa Agro BR, que prioriza a internacionalização de pequenos e médios produtores. "Neste programa, o leite é um dos setores prioritários ao mesmo tempo em que se mostra desafiador do ponto de vista da mobilização para que os negócios aconteçam, apesar das inúmeras oportunidades existentes", pontuou Camila Sande, coordenadora de Promoção Comercial da CNA. Segundo ela, são várias as iniciativas que rodam atualmente visando à exportação, no entanto, ela alerta que é preciso sistematizar os interessados em participar, visando foco no objetivo no mercado externo. Para municiar as entidades sobre o que o programa oferece, Camila pontuou ser importante que as entidades do setor se envolvam ainda mais nesta questão como forma de contribuir com o engajamento das empresas no programa. "Podemos oferecer a elas consultoria, seminários virtuais, treinamento, assistência técnica, capacitação voltada aos mercadores exportadores, rodadas virtuais de negócios, além de informar sobre as especificidades de cada mercado, modelos de entrega, escopo territorial, custos e outras informações que fazem parte de todo esse processo", elencou.

Na reunião desta terça-feira, a Aliança Láctea também abordou o cenário atual das importações de produtos lácteos, com informações trazidas por Fernando Pinheiro, analista econômico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). De acordo com dados do Ministério da Economia atualizados até maio, ingressaram no Brasil no mês passado 8.400 toneladas de produtos, um aumento de 15% em volume sobre abril último, mas bem abaixo dos patamares verificados no primeiro trimestre do ano. "Apesar disso, os volumes verificados até agora estão 60% abaixo da média histórica para os meses de maio", informou Pinheiro. A Argentina responde por 51,5% da origem dos produtos importados, enquanto o Uruguai, em segundo lugar, por 37,6%. Segundo ele, os valores pela cesta de lácteos começam a subir, estando em uma média de US\$ 3.240 por tonelada. Por outro lado, destacou, que as exportações acumuladas em 2021 estão 38% acima das registradas em 2020.

Outro tema abordado na reunião setorial foi o fatiamento da Reforma Tributária em curso, o que pode atingir em cheio o setor lácteo, segundo alertou o deputado federal gaúcho Alceu Moreira, presidente da Subcomissão do Leite da Câmara Federal. O tema foi explanado pelo consultor da Câmara Setorial do Leite, Marcelo Martins. De acordo com ele, a unificação de impostos em uma única contribuição – a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) fará com que retorne a tributação sobre insumos utilizados na pecuária de leite que atualmente têm alíquota zero, tais como adubos, corretivos, defensivos, sementes, vacinas, sêmens e embriões e farelo de soja. "Acreditamos que a Reforma Tributária é importante sob o ponto de vista da simplificação, da transparência e da justiça tributária, mas, pelo o que está sendo proposto, e analisando o setor agro, a medida em que avançar o fatiamento da reforma, esse pilares não atingirão êxito junto ao setor primário", afirmou. Segundo o consultor, a criação da CBS, que traz junto o estorno do crédito presumido, implicará em perda de competitividade ao setor e incentivará as importações, sobretudo dentro do Mercosul, onde se mantém a alíquota zero para itens da cesta básica. "Teremos aumento da carga tributária no país que se reverterá em elevação de custos da ordem de 12,5%. Esse impacto não atingirá o produtor de fora e dará maior competitividade a eles se tivermos que estornar créditos", destacou Martins.

O dirigente enfatizou que o momento é oportuno para que os sindicatos e entidades que representam o setor se articulem e agendem reuniões com formadores de opinião em Brasília para que pontos importantes para o setor lácteo sejam analisados e incluídos na pauta da reforma, sob pena de colocar em risco a competitividade da cadeia. A luta passa por manter o produtor rural como não contribuinte do IBS/CBS, manutenção dos itens da cesta básica sujeitos à alíquota zero e não isentos, não incidência de imposto seletivo sobre alimentos, crédito presumido com alíquota que garanta a não cumulatividade na cadeia produtiva, garantia de uso de todos os créditos na aquisição de insumos e serviços e rápida restituição dos créditos (exportação, ordinários, investimento e na transição).

Programa que incentiva exportação de lácteos ganha força no Sul

A Aliança Láctea Sul Brasileira busca despertar a ideia da exportação, qualificar e preparar as empresas para que elas possam olhar para o mercado internacional

Sexta, 11 de Junho de 2021



A- A A+



Divulgação

Uma das grandes pautas do setor lácteo brasileiro, as exportações vão ganhar novo estímulo com o desenvolvimento do Peiex (Programa de Qualificação para Exportação) oferecido pela Apex-Brasil para que as empresas do setor iniciem a sua preparação para ingressar no mercado internacional com seus produtos. Em reunião da Aliança Láctea Sul Brasileira na manhã da terça-feira, 8 de junho, o analista de qualificação e competitividade da Apex Brasil, Laudemir Müller, explicou que a iniciativa que busca despertar a ideia da exportação, qualificar e preparar as empresas para que elas possam olhar para o mercado internacional existe há mais de 10 anos e, no ano passado, foi criado um núcleo voltado exclusivamente ao setor lácteo. O encontro virtual contou com a participação de Alexandre Guerra, 1º vice-presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat/RS) e de Darlan Palharini, secretário-executivo do Sindilat/RS.

PUBLICIDADE



ÚLTIMAS NOTÍCIAS

MAIS LIDAS



Negócios
FW: Evento celebrará duas décadas da Casa Familiar Rural

06/07/2021



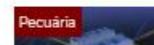
Pecuária
Seminário Regional de Apicultura e Meliponicultura acontece nesta quarta-feira

06/07/2021



Agricultura
Parceria busca facilitar acesso à tecnologia para os distribuidores de insumos

06/07/2021



Pecuária
China conclui fazenda vertical mais alta do mundo

De acordo com o dirigente, já foi lançado um edital para a Região Sul e, em Porto Alegre, a Unisinos ficará responsável pelo programa Peixe voltado ao setor. "A próxima fase será buscar equipe especializada em laticínios e, após, vem a parte do treinamento, o repasse de conteúdos e de análises de mercado para que possamos prestar esse atendimento que é totalmente gratuito", destacou. Müller informou que a expectativa é atender individualmente a 25 laticínios que queiram ingressar no mercado internacional, pontuando que o tempo de atendimento prestado às empresas pode variar de 4 a 6 meses, dependendo do perfil do estabelecimento. Antes de lançar o edital para o Sul, a Apex consultou os três sindicatos que representam as indústrias lácteas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a fim de saber se havia público interessado na iniciativa. "Prontamente tivemos 20 empresas interessadas, o que nos encorajou a lançar o projeto", afirmou.

Na mesma linha de incentivo à cultura exportadora na cadeia produtiva, a Comissão Nacional da Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) mantém o programa Agro BR, que prioriza a internacionalização de pequenos e médios produtores. "Neste programa, o leite é um dos setores prioritários ao mesmo tempo em que se mostra desafiador do ponto de vista da mobilização para que os negócios aconteçam, apesar das inúmeras oportunidades existentes", pontuou Camila Sande, coordenadora de Promoção Comercial da CNA. Segundo ela, são várias as iniciativas que rodam atualmente visando à exportação, no entanto, ela alerta que é preciso sistematizar os interessados em participar, visando foco no objetivo no mercado externo. Para municiar as entidades sobre o que o programa oferece, Camila pontuou ser importante que as entidades do setor se envolvam ainda mais nesta questão como forma de contribuir com o engajamento das empresas no programa. "Podemos oferecer a elas consultoria, seminários virtuais, treinamento, assistência técnica, capacitação voltada aos mercados exportadores, rodadas virtuais de negócios, além de informar sobre as especificidades de cada mercado, modelos de entrega, escopo territorial, custos e outras informações que fazem parte de todo esse processo", elencou.

Na reunião desta terça-feira, a Aliança Láctea também abordou o cenário atual das importações de produtos lácteos, com informações trazidas por Fernando Pinheiro, analista econômico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). De acordo com dados do Ministério da Economia atualizados até maio, ingressaram no Brasil no mês passado 8.400 toneladas de produtos, um aumento de 15% em volume sobre abril último, mas bem abaixo dos patamares verificados no primeiro trimestre do ano. "Apesar disso, os volumes verificados até agora estão 60% abaixo da média histórica para os meses de maio", informou Pinheiro. A Argentina responde por 51,5% da origem dos produtos importados, enquanto o Uruguai, em segundo lugar, por 37,6%. Segundo ele, os valores pela cesta de lácteos começam a subir, estando em uma média de US\$ 3.240 por tonelada. Por outro lado, destacou, que as exportações acumuladas em 2021 estão 38% acima das registradas em 2020.

Outro tema abordado na reunião setorial foi o faturamento da Reforma Tributária em curso, o que pode atingir em cheio o setor lácteo, segundo alertou o deputado federal gaúcho Alceu Moreira, presidente da Subcomissão do Leite da Câmara Federal. O tema foi explanado pelo consultor da Câmara Setorial do Leite, Marcelo Martins. De acordo com ele, a unificação de impostos em uma única contribuição – a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) fará com que retorne a tributação sobre insumos utilizados na pecuária de leite que atualmente têm alíquota zero, tais como adubos, corretivos, defensivos, sementes, vacinas, sêmens e embriões e farelo de soja. "Acreditamos que a Reforma Tributária é importante sob o ponto de vista da simplificação, da transparência e da justiça tributária, mas, pelo o que está sendo proposto, e analisando o setor agro, a medida em que avançar o faturamento da reforma, esse pilares não atingirão êxito junto ao setor primário", afirmou. Segundo o consultor, a criação da CBS, que traz junto o estorno do crédito presumido, implicará em perda de competitividade ao setor e incentivará as importações, sobretudo dentro do Mercosul, onde se mantém a alíquota zero para itens da cesta básica. "Teremos aumento da carga tributária no país que se reverterá em elevação de custos da ordem de 12,5%. Esse impacto não atingirá o produtor de fora e dará maior competitividade a eles se tivermos que estornar créditos", destacou Martins.

O dirigente enfatizou que o momento é oportuno para que os sindicatos e entidades que representam o setor se articulem e agendem reuniões com formadores de opinião em Brasília para que pontos importantes para o setor lácteo sejam analisados e incluídos na pauta da reforma, sob pena de colocar em risco a competitividade da cadeia. A luta passa por manter o produtor rural como não contribuinte do IBS/CBS, manutenção dos itens da cesta básica sujeitos à alíquota zero e não isentos, não incidência de imposto seletivo sobre alimentos, crédito presumido com alíquota que garanta a não cumulatividade na cadeia produtiva, garantia de uso de todos os créditos na aquisição de insumos e serviços e rápida restituição dos créditos (exportação, ordinários, investimento e na transição).

Terça-feira, 22 de junho de 2021 - 14h50m

Agronegócio > Leite**RS: coronavírus – valor de referência do leite chega a R\$ 1,7150 no RS, diz Conseleite gaúcho****Porto Alegre/RS**

O valor de referência previsto para o leite no Rio Grande do Sul em junho é de R\$ 1,7150, alta de 5,28% em relação ao mês anterior (R\$ 1,6289). A projeção foi apresentada na reunião virtual do Conseleite/RS desta terça-feira (22) e leva em conta os primeiros dez dias do mês. Segundo o professor da UPF Marco Antônio Montoya, a elevação foi puxada por vários produtos do mix, incluindo leite UHT e queijos. A tendência fica mais evidente na comparação dos últimos 12 meses, quando vários produtos acumularam alta de mais de dois dígitos (junho 2020/junho 2021). "De abril a junho, tivemos uma recuperação significativa dos preços", frisou, alertando que o movimento reflete o aumento de consumo.

A série histórica de preços do Conseleite/RS, acrescentou Montoya, coloca 2021 com o maior patamar já registrado pelo colegiado no Rio Grande do Sul. Considerando valores corrigidos pelo Ipca, o leite em 2021 atingiu o pico de R\$ 1,5230. A marca anterior era de 2020, com R\$ 1,4862.

O coordenador do Conseleite/RS, Alexandre Guerra, explicou que o movimento de recuperação é somatório de diferentes fatores: o aumento do consumo, a injeção de recursos do auxílio emergencial, a volta às aulas presenciais e a queda na produção no campo. Contudo, alertou que o consumidor brasileiro está menos capitalizado neste ano. "Com a inflação, o brasileiro tem menos recursos do que tinha em 2020".

Para os próximos meses, indicou Guerra, a expectativa é de manutenção do mercado nesse patamar. "O leite é um produto muito volátil. Precisamos que esses parâmetros se mantenham para recuperar a margem do setor, que vem operando com custos muito elevados". Entretanto, a reversão da questão cambial e o aumento do custo do leite nacional podem voltar a estimular as importações e, conseqüentemente, atingir os preços logo adiante.

Guerra lembrou que o valor divulgado pelo Conseleite/RS é apenas um parâmetro e serve como uma tendência para as tabelas das empresas, que geralmente operam acima desse patamar. "É preciso entender que os custos das indústrias subiram muito. Os primeiros cinco meses do ano foram muito difíceis no setor industrial", ponderou.

Fonte: **Sindilat**/RS**Imagens**Foto: Carolina Jardine / **Sindilat**

LATAM
AIRLINES

De Rio de Janeiro a Orlando
Orlando

A partir de R\$3.343

Reserva aqui

VALOR DE REFERÊNCIA DO LEITE CHEGA A R\$ 1,7150 NO RS

22 de junho de 2021

O valor de referência previsto para o leite no Rio Grande do Sul em junho é de R\$ 1,7150, alta de 5,28% em relação ao mês anterior (R\$ 1,6289). A projeção foi apresentada na reunião virtual do Conseleite desta terça-feira (22/06) e leva em conta os primeiros dez dias do mês. Segundo o professor da UPF Marco Antônio Montoya, a elevação foi puxada por vários produtos do mix, incluindo leite UHT e queijos. A tendência fica mais evidente na comparação dos últimos 12 meses, quando vários produtos acumularam alta de mais de dois dígitos (junho 2020/junho 2021). “De abril a junho, tivemos uma recuperação significativa dos preços”, frisou, alertando que o movimento reflete o aumento de consumo.

A série histórica de preços do Conseleite, acrescentou Montoya, coloca 2021 com o maior patamar já registrado pelo colegiado no Rio Grande do Sul. Considerando valores corrigidos pelo IPCA, o leite em 2021 atingiu o pico de R\$ 1,5230. A marca anterior era de 2020, com R\$ 1,4862.

O coordenador do Conseleite, Alexandre Guerra, explicou que o movimento de recuperação é somatório de diferentes fatores: o aumento do consumo, a injeção de recursos do auxílio emergencial, a volta às aulas presenciais e a queda na produção no campo. Contudo, alertou que o consumidor brasileiro está menos capitalizado neste ano. “Com a inflação, o brasileiro tem menos recursos do que tinha em 2020”. Para os próximos meses, indicou Guerra, a expectativa é de manutenção do mercado nesse patamar. “O leite é um produto muito volátil. Precisamos que esses parâmetros se mantenham para recuperar a margem do setor, que vem operando com custos muito elevados”. Entretanto, a reversão da questão cambial e o aumento do custo do leite nacional podem voltar a estimular as importações e, conseqüentemente, atingir os preços logo adiante.

Guerra lembrou que o valor divulgado pelo Conseleite é apenas um parâmetro e serve como uma tendência para as tabelas das empresas, que geralmente operam acima desse patamar. “É preciso entender que os custos das indústrias subiram muito. Os primeiros cinco meses do ano foram muito difíceis no setor industrial”, ponderou. (Fonte: Assessoria de Imprensa Sindilart/Crédito: Carolina Jardine)

Conseleite/RS: Valor de referência para o leite de Junho tem projeção de alta de 5,28%

23-06-2021 13:36:23 Por: Sindilat/RS



O valor de referência previsto para o leite no Rio Grande do Sul em junho é de R\$ 1,7150, alta de 5,28% em relação ao mês anterior (R\$ 1,6289). A projeção foi apresentada na reunião virtual do Conseleite desta terça-feira (22/06) e leva em conta os primeiros dez dias do mês. Segundo o professor da UPF Marco Antônio Montoya, a elevação foi puxada por vários produtos do mix, incluindo leite UHT e queijos. A tendência fica mais evidente na comparação dos últimos 12 meses, quando vários produtos acumularam alta de mais de dois dígitos (junho 2020/junho 2021). "De abril a junho, tivemos uma recuperação significativa dos preços", frisou, alertando que o movimento reflete o aumento de consumo.

A série histórica de preços do Conseleite, acrescentou Montoya, coloca 2021 com o maior patamar já registrado pelo colegiado no Rio Grande do Sul. Considerando valores corrigidos pelo IPCA, o leite em 2021 atingiu o pico de R\$ 1,5230. A marca anterior era de 2020, com R\$ 1,4862.

> Guarnições de Borracha para Tanques

O coordenador do Conseleite, Alexandre Guerra, explicou que o movimento de recuperação é somatório de diferentes fatores: o aumento do consumo, a injeção de recursos do auxílio emergencial, a volta às aulas presenciais e a queda na produção no campo. Contudo, alertou que o consumidor brasileiro está menos capitalizado neste ano. "Com a inflação, o brasileiro tem menos recursos do que tinha em 2020". Para os próximos meses, indicou Guerra, a expectativa é de manutenção do mercado nesse patamar. "O leite é um produto muito volátil. Precisamos que esses parâmetros se mantenham para recuperar a margem do setor, que vem operando com custos muito elevados". Entretanto, a reversão da questão cambial e o aumento do custo do leite nacional podem voltar a estimular as importações e, conseqüentemente, atingir os preços logo adiante.

Guerra lembrou que o valor divulgado pelo Conseleite é apenas um parâmetro e serve como uma tendência para as tabelas das empresas, que geralmente operam acima desse patamar. "É preciso entender que os custos das indústrias subiram muito. Os primeiros cinco meses do ano foram muito difíceis no setor industrial", ponderou.

As informações são do [Sindilat/RS](#).

Produtores de leite do RS buscam reduzir a dependência do milho com pastagem de inverno

29-06-2021 11:26:30 Por: *Correio do Povo*



As 55 mil famílias produtoras de leite no Rio Grande do Sul também costumam cultivar o próprio milho para **silagem**, sistema de armazenamento do alimento para animais por período longo e com pouca perda nutricional. No Estado, pelo menos 350 mil hectares são plantados com este objetivo. Nas últimas duas safras, entretanto, este tipo de milho também foi afetado pela estiagem e rendeu menos em volume e qualidade. Isso tem obrigado o produtor a buscar o milho grão no mercado e afetado seus custos de produção.

O presidente da Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul (Gadolando), Marcos Tang, afirma que a entidade tem incentivado o uso de pastagens de inverno na **produção de leite**. Segundo ele, o milho representa 60% da alimentação das vacas, mas pode ser parcialmente substituído por outras opções da estação. “O azevém, por exemplo, tem proteína e traz bom rendimento na produção de leite”, ressalta o dirigente, que também defende o aproveitamento de resíduos industriais disponíveis em cada região, como bagaços do processamento de frutas como a laranja, a maçã e a uva.

> Tanque de Salga de Queijo Mussarela em Fibra de Vidro

Buscar diminuir a dependência do milho na produção do leite e investir em tecnologias que permitam produzir o grão mesmo em condições de estiagem são, para o secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindilat), Darlan Palharini, os caminhos para equilibrar os custos. Diferentemente dos setores de aves e suínos, no leite é possível utilizar a alimentação a pasto como alternativa à silagem”, sustenta Palharini. “Além disso, com um pequeno investimento, o produtor profissionaliza do pode ter seu milho irrigado, já que no Rio Grande do Sul a estiagem é um fator recorrente”, avalia.

Palharini observa que cooperativas do porte da CCGL já trabalham a produção leiteira com o uso de pastagens perenes. “Claro que a produção por animal vai ser menor do que com o uso da suplementação, mas o custo baixa para pelo menos a metade”, compara.

> Estação de Tratamento de Efluentes de 2m³/h a 12m³/h em Fibra de Vidro

O vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), Eugênio Zanetti, afirma que as dificuldades em absorver o preço do milho para compor o volumoso dos animais vêm desde o ano passado, quando produtores começaram a engordar as vacas leiteiras para mandar para o abate e aproveitar o preço aquecido da carne.

“Mesmo para aquele produtor que fornece leite para alguma cooperativa e que tem ração garantida para comprar, o desembolso é dele”, ressalta. Zanetti não acredita numa grande evasão dos produtores da atividade por este motivo, mas reforça que o governo precisa oferecer crédito em situações como a atual e que a Conab deveria fazer o seu papel colocando milho dos estoques nacionais no Estado.

As informações são do [Correio do Povo](#). Foto: Marcos Tang.



As 55 mil **famílias produtoras de leite no Rio Grande do Sul** também costumam cultivar o próprio milho para silagem, sistema de armazenamento do alimento para animais por período longo e com pouca perda nutricional. No Estado, pelo menos 350 mil hectares são plantados com este objetivo.

Nas últimas duas safras, entretanto, **este tipo de milho também foi afetado pela estiagem e rendeu menos em volume e qualidade**. Isso tem obrigado o produtor a buscar o milho grão no mercado e afetado seus custos de produção.

O presidente da Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul (Gadolando), Marcos Tang, afirma que a **entidade tem incentivado o uso de pastagens de inverno na produção de leite**. Segundo ele, o milho representa 60% da alimentação das vacas, mas **pode ser parcialmente substituído por outras opções da estação**.

“O azevém, por exemplo, tem proteína e traz bom rendimento na produção de leite”, ressalta o dirigente, que também defende o aproveitamento de resíduos industriais disponíveis em cada região, como bagaços do processamento de frutas como a laranja, a maçã e a uva.

Buscar **diminuir a dependência do milho na produção do leite** e investir em tecnologias que permitam produzir o grão mesmo em condições de estiagem são, para o secretário executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindilat), Darlan Palharini, os caminhos para equilibrar os custos.

Diferentemente dos setores de aves e suínos, **no leite é possível utilizar a alimentação a pasto como alternativa à silagem**”, sustenta Palharini. “Além disso, com um pequeno investimento, o produtor profissionaliza do pode ter seu milho irrigado, já que no Rio Grande do Sul a estiagem é um fator recorrente”, avalia.

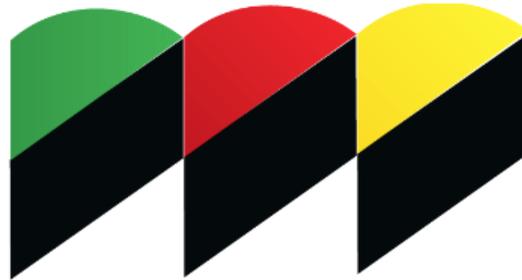
Palharini observa que cooperativas do porte da CCGL já trabalham a **produção leiteira com o uso de pastagens perenes**. “Claro que a produção por animal vai ser menor do que com o uso da suplementação, mas o custo baixa para pelo menos a metade”, compara.

O vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), Eugênio Zanetti, afirma que as dificuldades em absorver o preço do milho para compor o volumoso dos animais vêm desde o ano passado, **quando produtores começaram a engordar as vacas leiteiras** para mandar para o abate e aproveitar o preço aquecido da carne.

“Mesmo para aquele produtor que fornece leite para alguma cooperativa e que tem ração garantida para comprar, o desembolso é dele”, ressalta. Zanetti **não acredita numa grande evasão dos produtores da atividade por este motivo**, mas reforça que o governo precisa oferecer crédito em situações como a atual e que a Conab deveria fazer o seu papel colocando milho dos estoques nacionais no Estado.

As informações são do [Correio do Povo](#), adaptadas pela equipe MilkPoint.

Atenção, leitores! Sempre com o intuito de proporcionar a melhor experiência para nossos usuários, estamos realizando uma pesquisa para ouvir você! Para responder é bem simples, [basta clicar aqui](#) e preencher o formulário. **As dez melhores contribuições ganharão uma cortesia para nosso novo evento Interleite Experience ou para o Dairy Vision, maior evento sobre tecnologia e inovação em lácteos.**



SINDILAT/RS

Sindicato da Indústria de Laticínios
do Rio Grande do Sul

CLIPPING ELETRÔNICO

Junho de 2021

Veículo: Gaúcha Serra

Link: -

Programa: -

Data: 02/06/2021

Minutagem: 10'00''

Veículo: RDC TV

Link: https://www.youtube.com/watch?v=v09FHIDoD_g

Programa: Portal RDC

Data: 02/06/2021

Minutagem: 20'00''

Veículo: Rádio Planetário

Link: -

Programa: -

Data: 04/06/2021

Minutagem: 10'00''

Veículo: Rádio Vang FM

Link: -

Programa: -

Data: 04/06/2021

Minutagem: 10'00''

Veículo: Rádio Ceres

Link: -

Programa: -

Data: 16/06/2021

Minutagem: 10'00''